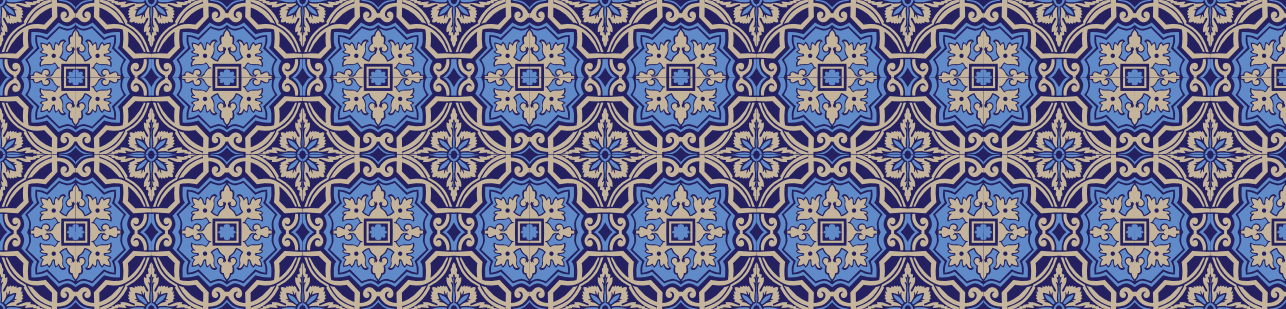




CATÁLOGO

PRESIDENTES

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

1834-2024



CÂMARA MUNICIPAL
COIMBRA



PREFÁCIO

A Galeria dos Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra, inaugurada no dia 5 de outubro de 2024, teve como propósito assinalar os 190 anos da eleição do primeiro presidente da câmara municipal, evocando as personalidades que ocuparam esta função na urbe do Mondego.

Com efeito, Coimbra elegeu o seu primeiro presidente de câmara apenas em 1834, pois só a 8 de maio desse ano é que a cidade foi tomada aos partidários de D. Miguel com a entrada das tropas do Duque da Terceira, no contexto da guerra civil portuguesa. Assim, a 22 de maio de 1834, tomou posse uma Comissão Municipal presidida pelo Dr. Agostinho José Pinto de Almeida que, desse modo, entra em funções como o primeiro presidente da Câmara Municipal de Coimbra, uma vez que, até então, a presidência era exercida pelo juiz de fora, cargo que fazia o elo de ligação com o poder central no Antigo Regime português.

A escolha da Sala das Sessões para apresentar este tributo não surgiu por mero acaso. Desde os finais do século XIX que neste local têm lugar as reuniões de câmara, sendo aqui tomadas as decisões mais importantes no que diz respeito à administração da cidade.

Para dignificar a sala, mas também a história deste espaço emblemático do poder autárquico, foram concebidos dois painéis expositivos para a antecâmara, contendo os nomes, as assinaturas manuscritas e a cronologia dos mandatos de todas as personalidades que ocuparam o cargo de presidente da Câmara de Coimbra desde 1834 até 1974, sendo colocado, simbolicamente, o retrato do primeiro e último presidente da

Câmara de Coimbra em funções de cada regime político histórico português, desde a Monarquia Constitucional (1834-1910), passando pela 1ª República (1910-1926) e período da Ditadura Militar (1926-1933), até ao final do Estado Novo (1933-1974). No interior da sala são homenageados os sete presidentes que assumiram funções desde o 25 de Abril de 1974 até 2021, com as respetivas fotografias, assinaturas e datas de mandatos, em molduras individuais.

De forma a consolidar esta homenagem aos nossos antecessores, procurámos também dar a conhecer um pouco da sua história e percurso de vida, sempre que possível acompanhada de um retrato, no catálogo digital que ora se apresenta e que se quer em constante atualização, ficando ao dispor de todos os que se interessam pela história dos protagonistas do municipalismo conimbricense.

O presidente da Câmara Municipal de Coimbra,



INTRODUÇÃO

“(…) se o povo português dispõe de um rico e complexo passado municipal, o homem prudente não deixará de procurar continuamente testar aí os seus projectos, os seus ideais, a sua ânsia de aperfeiçoamento do mundo que encontrou ao nascer”¹.

Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães

A História do Municipalismo português tem despertado atenção e tem sido objeto de estudo por parte de alguns investigadores.

Deste modo, tem-se dado a conhecer as raízes da vivência municipal, a outorga dos primeiros forais medievais, o desenvolvimento crescente de alguns setores económicos, as mutações sociais onde se criaram as “oligarquias dos homens bons da governança”, onde se perscruta também a forma como os ofícios concelhios foram objeto de cobiça e de proveitosa promoção social².

Por sua vez, no final do Antigo Regime, com a reforma de Mouzinho da Silveira, o Estado Liberal tenta criar os seus funcionários políticos “directamente dependentes do governo central, e já não precisa desse mecanismo de delegação de extensos poderes”³. Neste contexto, o Estado pretendia erguer-se sobre a igualdade jurídica da cidadania, não se fixando nos privilégios sociais de alguns grupos.

¹ Coelho & Magalhães (2008): 6.

² Coelho & Magalhães (2008): 55.

³ Coelho & Magalhães (2008): 215.

É precisamente no contexto deste buliçoso período histórico que se inicia o estudo do poder municipal em Coimbra, transposto neste catálogo.

A escolha cronológica que demarca o início deste estudo, a partir de 1834, prende-se com o facto da nomeação para os cargos de Presidentes das Câmaras Municipais passar a ser através de eleição municipal, um dos muitos princípios de mudança que os ventos liberais trouxeram.

Ao ter sido proposto à Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico o desafio de investigar e desenhar a cronologia das figuras que emergiram e integraram a História do municipalismo coimbrão, a investigação incidiu num conjunto de fontes variadas, onde se destacam os registos de batismo/óbito, a imprensa regional e nacional, a par de outras fontes impressas.

Como metodologia e objetivo de trabalho, delineou-se a forma de chegar a resultados que possibilitassem responder a uma série de questões, a saber: quais as origens das figuras que estiveram no poder local, em Coimbra? Em que áreas se destacaram, profissionalmente? De que forma que se encontravam enquadrados na sociedade coimbrã e, alguns deles, na do país? Apesar das inúmeras dificuldades e das lacunas que a História nos oferece para períodos mais remotos, conseguiu-se identificar as personalidades que agora se apresentam neste catálogo.

Para além do cargo político que desempenharam, esmiuçaram-se notas biográficas de cada um dos Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra, desde 1834 até 2013.

Sob o ponto de vista iconográfico, não se conseguiu, até à data da concretização desta investigação, localizar as imagens/fotografias de todas as figuras políticas aqui apresentadas. Como alternativa, optou-se por mencionar a sua profissão na sociedade civil e, na ausência de retratos, surge sempre a assinatura que personaliza cada uma dessas personalidades.

Desta forma, através das fontes encontradas (nuns casos de forma mais profunda e noutros de forma mais sucinta), foi possível reunir neste catálogo a cronologia das principais figuras políticas municipais de Coimbra, bem como a trajetória de vida de cada um destes vultos que dela fazem parte.

Pretende-se assim, com este catálogo, contribuir para a divulgação do projeto do atual Executivo Municipal ao ter inaugurado, no dia 5 de outubro de 2024, a Galeria de todos os líderes da autarquia, desde 1834 até 2021, assinalando os 190 anos da eleição do primeiro Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e homenageando as personalidades que já ocuparam o cargo.



Agostinho José Pinto de Almeida

AGOSTINHO JOSÉ PINTO DE ALMEIDA

Lente de prima da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1834 e 1838.

Agostinho José Pinto de Almeida nasceu em Coimbra no dia 25 de agosto de 1783, filho do Dr. Caetano José Pinto de Almeida, lente de Medicina e prestigiado cirurgião desta cidade e Inácia Jacinta Pinto de Almeida.

Em 1800 e 1801, Agostinho José Pinto de Almeida, formou-se nas Faculdades de Filosofia e de Matemática, respetivamente. É também no ano de 1801 que é nomeado ajudante do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra, onde desempenhou importantes trabalhos, tidos em consideração pelo diretor perpétuo do referido Observatório, José Monteiro da Rocha, que o apelidou de benemérito.

Em 28 de abril de 1805, com alta classificação, torna-se doutor pela Faculdade de Matemática, distinguindo-se no ensino de cadeiras vagas e, em orações académicas que por seu turno lhe competiram. Já em 1817, foi despachado lente substituto das cadeiras de astronomia e 3.º astrónomo do Observatório.

Dedicou-se aos estudos hidráulicos, servindo de forma gratuita, durante oito anos, entre 1814 e 1822, de ajudante do diretor de Obras Hidráulicas do Mondego, o então lente da Faculdade de Filosofia, Dr. José Bonifácio de Andrade.

Agostinho José Pinto de Almeida era também conhecido pela integridade do seu carácter, o que o levou a ser alvo de louvores oficiais e encarregado de comissões de grande responsabilidade nos trinta e quatro anos em que esteve à frente da direção das obras do Mondego.

Em 5 de março de 1822, por ordem do Congresso Constituinte, foi encarregue com o lente de filosofia, Dr. Joaquim Franco da Silva, de visitar as minas de Portugal

e de coordenar o plano científico e administrativo para a sua extração e exploração, tendo sido aprovadas com merecido mérito as propostas referentes às minas de Buarcos, S. Pedro da Cova e Foz do Alge. Em 18 de fevereiro de 1824, foi mandado examinar as obras da barra de Aveiro e, a ter de propor os melhoramentos necessários para a navegação dos rios Vouga, Águeda e Cértima, já por aviso de 26 de setembro de 1825, Pinto de Almeida ficou responsável por examinar o estado da barra do Porto.

Apesar dos diversos cargos que desempenhava: vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, diretor das Obras Hidráulicas do Mondego, Agostinho José Pinto de Almeida, ainda conseguiu tempo, para dar a sua contribuição à administração municipal e à proteção da infância abandonada.

A 8 de maio de 1834, após a entrada do Duque de Terceira em Coimbra à frente das suas tropas vitoriosas, logo substituiu as autoridades absolutistas por outras constitucionais. Tendo sido nomeado juiz de fora interino Francisco José Duarte Nazaré, com a responsabilidade de dissolver a câmara em funções e de nomear uma Comissão Municipal que a substituísse, enquanto outra câmara não fosse eleita, desta forma, em 22 de maio, em vereação presidida pelo juiz de fora interino, foi comunicada a dissolução da câmara aos vereadores e procurador, que aceitaram a decisão. Neste mesmo dia tomou posse uma Comissão Municipal presidida pelo Dr. Agostinho José Pinto de Almeida. Deste modo, entrou em funções o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, uma vez que até então, a presidência era exercida pelo juiz de fora, como elo de ligação com o poder central, no entanto, sem propriamente, fazer parte do corpo administrativo.

No ano de 1837, Agostinho José Pinto de Almeida desempenhou o cargo de vereador da Câmara de Coimbra, presidida por José Machado de Abreu, e, no ano seguinte, viria a ser eleito Presidente da Câmara.

O conselheiro Agostinho José Pinto de Almeida dedicou-se também à proteção da infância abandonada, tendo sido um dos primeiros subscritores da Sociedade de Beneficência para o Asilo da Infância Desvalida de Coimbra, concebida em 1835, foi um dos mais zelosos colaboradores na realização da utilíssima Instituição, que por muitos anos e, até à sua morte acabou por presidir. Deixou ainda alguns trabalhos manuscritos. Em 1846, foi nomeado vice-reitor da Universidade de Coimbra, no entanto, não quis aceitar

o cargo. Comendador da Ordem de Cristo e cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Faleceu em Coimbra, no dia 18 de julho de 1848, vítima de um ataque apoplético. Segundo o registo de óbito, à data da sua morte, seria solteiro e viveria na Rua da Matemática, em Coimbra.



Trovão

JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES TROVÃO

Negociante de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1834 e 1835.

As ideias liberais da Carta Constitucional outorgada a 29 de abril de 1826, por D. Pedro IV, conduziram ao desejo de exprimir opiniões através da imprensa. Assim, surge em 1826, a imprensa de Trovão e Companhia, estabelecida numa casa da rua Sargento Mor, junto ao cais, propriedade de José António Rodrigues Trovão, em sociedade com Alexandre da Fonseca e Silva.

Para esta imprensa foi adquirido um dos prelos e todo o tipo da imprensa da rua dos Coutinhos, assim como terão sido comprados objetos novos, esta tipografia tornar-se-ia, então muito regular.

A imprensa de Trovão e Companhia trabalhou calmamente, até ao dia 22 de maio de 1828, data da revolução liberal em Coimbra, à semelhança da que tinha acontecido no Porto, tendo sido publicado na referida imprensa o jornal o Noticiador, órgão das ideias liberais defendidas pela junta do Porto.

Em consequência da Batalha de Cruz de Morouços, no dia 24 de junho de 1828, teve o exército liberal de retirar-se, evacuando a cidade de Coimbra na noite de 25 para 26 do referido mês. Desta forma, a imprensa de Trovão e Companhia não tinha como escapar à perseguição que logo se estabeleceu na cidade, forçando José António Rodrigues Trovão a emigrar para França e o seu sócio a se esconder em Coimbra, durante seis anos, período que durou o governo de D. Miguel. Dado isto, a imprensa terá sido sequestrada e destruída. José António Rodrigues Trovão terá regressado a Coimbra, em 1834, constituindo de novo a imprensa, na mesma casa onde teria funcionado a primeira, na rua Sargento Mor. De 1 para 2 de março de 1837, há um incên-

dio que destrói tudo o que havia da única imprensa particular existente nesta cidade. Desta forma, uniu-se a cidade para voltar a edificar a topografia, em 28 de agosto de 1838, não só estava concluída a casa, como trabalhava dentro dela uma imprensa, a mais grandiosa que no século XIX, havia em Coimbra, com exceção da Universidade.

José António Rodrigues Trovão faleceu a 23 de janeiro de 1847, na Figueira da Foz, era viúvo à data da morte, com uma filha D. Elvira Lusitana Rodrigues Trovão. Após o falecimento do pai, foi ela que tomou conta da imprensa, passando esta a designar-se Imprensa de Elvira Trovão.

Em julho de 1857, Elvira Trovão decide vender a tipografia, sendo quase tudo comprado pela Universidade.

José António Rodrigues Trovão foi para além de Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, vereador, em 1835-1836 e, em 1837.



Tavares Carvalho Presid.º

FRANCISCO MARIA TAVARES DE CARVALHO

Foi lente catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1835 e 1836.

Nasceu a 23 de novembro de 1794 na Quinta do Ródão, Sebal, Condeixa a Nova, filho de Francisco Lourenço Tavares de Carvalho e Maria Madalena Tavares de Carvalho.

Matriculou-se na Faculdade de Cânones a 16 de outubro de 1813 tendo adquirido o grau de bacharel em Cânones a 19 de maio de 1817. Mais tarde, a 19 de julho de 1818 adquiriu o grau de licenciado e a 29 de julho de 1819 tornou-se doutor. Foi ainda deputado às cortes pelo Douro em 1842.

Faleceu no dia 9 de janeiro de 1850, vítima de um ataque pulmonar, na Freguesia de São Cristóvão, Paróquia de Sé Velha, em Coimbra. Foi sepultado no dia 10 do mesmo mês na Igreja de Santa Cruz em Coimbra.

João da Silva Presid.º

JOAQUIM ANTÓNIO DA SILVA

Negociante de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1836 e 1837.

Morador na Rua da Calçada, local, onde se presume que tivesse também localizado o seu estabelecimento comercial. Foi casado com Felisbela da Conceição que faleceu a 18 de fevereiro de 1834. Em 1824, estabelece uma sociedade comercial com o seu sogro Manuel da Silva Cardoso.

Autor de duas memórias sobre a maneira de evitar danos nos olivais e sobre a limpeza da cidade. Em 30 de outubro de 1845, integrou a comissão nomeada para dar parecer sobre o alteamento da Rua da Sofia.

Em 1850, Joaquim António da Silva acaba por declarar falência, um processo judicial que se arrasta durante alguns anos, sendo várias vezes, notícia de jornal.

Foi vereador da Câmara Municipal de Coimbra em 1839, 1840-1841 e 1847, e, vogal substituto em 1846, assim como, 1850-1851.



JOSÉ MACHADO DE ABREU

Lente Catedrático da Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1837 e 1843-1845.

José Machado de Abreu era natural de S. Mamede de Negrelos, Santo Tirso, onde nasceu no dia 11 de abril de 1794, sendo filho de António José Martins Machado e D. Teresa Maria de Abreu.

Em setembro de 1820, casou com Teresa Benedita Gomes e voltaria a casar em setembro de 1848, com a sua sobrinha Teresa Emília Ferreira Machado de Abreu.

Bacharel em cânones, licenciou-se em leis, a 9 de junho de 1818 e, recebeu o grau de doutor a 2 de julho de 1818.

Em 1823, foi designado juiz de fora em Tavira, nessa altura, iniciou-se na maçonaria com o nome simbólico de Lisânias na Loja Filantropia de Lagos, já em 1834-1836, integrou o quadro da Loja Urbiónia, em Coimbra.

Em 1843, foi nomeado lente catedrático da Faculdade de Leis. Em 1836, transitou para a Faculdade de Direito, onde inaugurou o ensino de Direito Comercial e Marítimo.

Em 1836-1837 desempenhou o cargo de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra. Foi procurador da Junta Geral do Distrito de Coimbra. No que diz respeito à Universidade desempenhou funções enquanto vice-reitor interino, vice-reitor e reitor, tendo sido nomeado para este último cargo por Decreto de 10 de janeiro de 1849, no entanto, foi afastado do mesmo, por razões políticas em 1851, ao mostrar-se contra o movimento da Regeneração.

Foi ainda Presidente do Conselho Superior de Instrução Pública, membro do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima e comendador da Ordem de Cristo. Por Decreto de

11 de junho de 1852, foi-lhe atribuído o título de barão de Santiago de Lordelo, que se extinguiu com ele.

José Machado de Abreu exerceu funções parlamentares, tendo sido eleito pelo colégio do Douro na legislatura de 2 de janeiro de 1848 a 25 de maio de 1851.

Faleceu em Coimbra a 21 de novembro de 1857, à data da sua morte, vivia na Rua Larga.



ANTÓNIO INÁCIO DE ABREU

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1837.

Foi batizado a 30 de maio de 1767 na Paróquia de São Tiago, Coimbra. Filho do negociante António Dias de Abreu e de Teresa Justina de Almeida.

Teve um filho com Antónia Adelaide de Moura Cardoso a 15 de setembro de 1818, José Maria de Abreu, que se viria a tornar professor da Faculdade de Filosofia.

Fez parte da Vereação da Câmara Municipal de Coimbra em 1811, 1814 e 1817.

A 4 de julho de 1840 foi nomeado para a fiscalização da reparação da estrada da Volta do Tovim.



JERÓNIMO JOSÉ DE MELO

Professor da Faculdade de Medicina de Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1839.

Jerónimo José de Melo nasceu no Bispado da Guarda, tendo sido batizado no dia 6 de janeiro de 1792. Era filho de Manuel António Afonso (cirurgião) e Isabel Gomes Neves.

Frequentou a Faculdade de Medicina, onde se doutorou em 18 de janeiro de 1835. No ano seguinte, foi nomeado comissário português ao Congresso Médico de Madrid.

Era considerado notável na sua atividade enquanto docente, mas também o era assim considerado, no que diz respeito aos trabalhos científicos e aqui, podemos destacar um deles: *As Primeiras Linhas de Fisiologia*, que foi adotado como compêndio para as aulas de fisiologia.

Interessou-se também pela crítica literária. Foi vogal do Conselho de Instrução Pública. Desenvolveu uma carreira política, principalmente como deputado.

No decorrer da sua atividade parlamentar, fez parte de diversas comissões, nomeadamente a de Instrução Pública, durante todas as legislaturas para que foi eleito. Em 1846, fez parte da Comissão da Saúde; em 1849, 1850 e 1858, da Comissão de Saúde Pública; em 1848, da Comissão de Reforma Eleitoral; em 1849 e 1850, da Comissão Diplomática; em 1849, foi membro da Comissão de Melhoramento das Valas nos Campos do Mondego, entre outras. As intervenções em que mais se destacou diziam respeito à pedagogia, em que revelava uma preocupação contínua com o estado da instrução pública.

Em 1846, apoiou de forma objetiva o governo de Costa Cabral. Em 1851, de-

fendeu as eleições diretas. Destaca-se também pelo apoio que prestou ao projeto lei sobre a liberdade de imprensa. Em 1848, apresentou um projeto lei sobre as contribuições municipais. Os temas que mais interesse e motivação lhe causavam seriam a instrução e as finanças.

Opôs-se energicamente, à transferência para Lisboa do Conselho Superior de Educação, que funcionou sempre em Coimbra, defendendo que a administração da instrução pública se deveria manter afastada da tutela administrativa.

Foi autor da famosa proclamação da Rainha D. Maria II, para a restauração da Carta, publicada por ocasião da reação cartista de Belém, nos primeiros dias de novembro de 1836, algo que captou admiração das pessoas quando o souberam, uma vez que atribuíam a autoria do documento ao Senhor Duque de Palmela. Foi Comendador da Ordem de Cristo.

Foi decano e diretor da Faculdade de Medicina de Coimbra, entre 1864-1867. Era casado com D. Albina Augusta de Melo Manique. Faleceu com setenta e cinco anos, no Largo de Sansão, em Coimbra no dia 25 de fevereiro de 1867. Deixou cinco filhos, alguns menores, não fez testamento e foi sepultado a 26 de fevereiro de 1867, no cemitério público.



Frederico de Azevedo Faro e Noronha Pres.

FREDERICO DE AZEVEDO CARVALHO FARO E NORONHA E MENEZES

Professor da Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1840-1841.

Nasceu em Soenga, São Martinho de Mouros, Resende, no dia 20 de outubro de 1799. Era filho de Joaquim de Carvalho Cabral de Meneses e Maria Antónia de Noronha Faro Manuel de Tovar e Meneses.

Matriculou-se em leis em 21 de outubro de 1815, obtendo o grau de doutor em 21 de dezembro de 1821.

Era oriundo de uma família com convicções liberais e por isso, abandonou a Universidade em 1828, por motivos políticos. Em 1834, foi convidado a lecionar na Faculdade de Leis. Em 1837, transitou para a Faculdade de Direito.

Entre 1842-1845 foi deputado às Cortes pelo Porto. Foi sócio – fundador do Instituto de Coimbra. Entre 1842-1843 foi vogal da Comissão encarregada de um plano geral de instrução pública. Exerceu o cargo de diretor da Faculdade de Direito, entre 1861-1863. Jubilou-se por Decreto de 22 de outubro de 1863. Foi conselheiro em 4 de agosto de 1871. Faleceu a 10 de março de 1882, na Rua dos Militares, na Sé Nova, com 83 anos de idade e solteiro.



ANTÓNIO MANUEL PEREIRA

Negociante.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1841 e 1843.

Viveu no Largo das Olarias, em Coimbra, onde se localizava também o seu negócio. Iniciou a sua atividade camarária em Coimbra como vereador em 1834, 1836 e 1837.

Em 1840 e 1848 arrematou o fornecimento de carne aos talhos da cidade. Em fevereiro de 1840, fez parte da Comissão que examinou o local onde se iria construir as escadas do Quebra-Costas. Em 1843 e 1844, foi-lhe arrendado o imposto real do vinho e da carne. No ano de 1847, foi nomeado juiz de paz substituto do distrito de Santa Cruz.

Em 10 de março de 1852, fez parte da Comissão que iria dar parecer sobre o encanamento do Mondego. Fez parte do Conselho Municipal eleito para o biénio de 1856-1857.

O nome de António Manuel Pereira aparece ligado ao convite de interesse público dirigido a comerciantes/industriais, realizado em janeiro de 1850, para a criação de uma companhia em Coimbra, com delegação na Figueira da Foz, que tinha como objetivo o melhoramento da agricultura e do comércio. Foi eleito jurado comercial em 1850 e 1853.

Na carestia de géneros de primeira necessidade que se deu no ano de 1836, o seu nome aparece como sendo um dos grandes impulsionadores que se juntaram para resolver a referida escassez de alimentos, neste caso concreto, a falta de milho.

Presume-se que tenha falecido entre 1864 e 1873, no entanto, não se conseguiu encontrar nenhum dado que nos levasse à data concreta de morte, apenas conseguimos apontar esta baliza cronológica porque em 1873, numa notícia do jornal *O Conimbricense*, António Manuel Pereira, é referenciado como falecido.



JOAQUIM INÁCIO ROXANES MANIQUE

Advogado.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1845 e 1846.

Bacharel em Cânones. Em 1826, aparece como sendo advogado da Conservatória Britânica de Coimbra. Liberal apoiou o Corpo Académico. Era casado com D. Maria Miquelina Roxanes Manique.

Vereador da Câmara Municipal de Coimbra em 1835-1836 e em 1837.



JOAQUIM DE CASTRO HENRIQUES

Provedor da Misericórdia de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1846.

Filho do desembargador Pedro Henriques de Castro e de D. Mariana Francisca Xavier do Cabo, Joaquim de Castro Henriques nasceu por volta de 1763.

Dr. Joaquim de Castro Henriques, bacharel em Cânones, foi vereador em Coimbra em 1811 e 1814. Era tio-avô da 1.ª marquesa de Reriz, Dona Maria Margarida de Cabedo Henriques e Lencastre, de cuja mãe fora tutor.

A 5 de fevereiro de 1840 foi nomeado o bacharel Joaquim de Castro Henriques para presidir à eleição da Junta e Regedor da Paróquia da Ribeira.

A 20 de maio de 1846 tomou posse e prestou juramento a nova Comissão Municipal cujo elenco foi apresentado pelo seu Presidente o Bacharel Henriques, e era constituída pelos bacharéis Constantino Luís Simões Ferreira Gonçalves, António Joaquim de Oliveira, Joaquim António de Oliveira¹ e os cidadãos Francisco Lopes Guimarães, José Jacinto da Silva e Manuel José Teixeira Guimarães.

Faleceu em Ribeira de Frades a 2 de outubro de 1847, solteiro, com 84 anos.



FRANCISCO FERNANDES DA COSTA

Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1846-1847 e 1862-1863.

Natural de São Torcato, Guimarães, onde nasceu no dia 6 de junho de 1802, era filho de Ana Luísa e José Fernandes de Oliveira. Em 1817, matriculou-se nos cursos de filosofia e matemática, três anos mais tarde, ou seja, em 1820, vai para medicina, no entanto, só quinze anos depois obteve a licenciatura e, pouco depois, o doutoramento. Foi professor universitário e, nesse sentido, lecionou cadeiras da área da cirurgia, anatomia e física médica. Entre 1867 e 1870, exerceu funções de diretor da Faculdade de Medicina, período em que também foi decano e apresentou um projeto de Código Farmacêutico, tendo também atingido o lugar de lente de prima.

Exerceu o cargo de vereador da Câmara Municipal de Coimbra em 1834-1835 e 1835-1836.

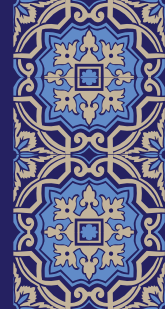
Entre 1848 e 1852, foi um dos membros destacado da Carbonária, tendo sido supremo conselheiro da organização em 1848. Fez parte da Alta Venda ou Choça Mãe, com o nome simbólico de *Tímon II* e, mais tarde, *Plutarco*.

Entre 1860 e 1865, foi membro da Junta Geral do Distrito e Presidente da Comissão do Recenseamento Eleitoral do Conselho de Coimbra.

Em 1861, foi deputado às Cortes.

Faleceu em 2 de outubro de 1874, em Coimbra, na Rua João Cabreira, sendo viúvo de D. Maria José de Sousa, deixando descendência.

¹ Substituído na sessão de 20 de agosto seguinte.



M. Marques J.

MANUEL MARQUES DE FIGUEIREDO JÚNIOR

Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1847.

Filho de Manuel Marques de Figueiredo e de Joaquina Rosa, nasceu em Coimbra, na freguesia da Sé Nova, a 3 de janeiro de 1808.

Frequentou a Faculdade de Leis em 1823, Matemática em 1824 e Filosofia em 1825. Licenciou-se em filosofia e concluiu o doutoramento em 1836, tornando-se posteriormente professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, lecionando cadeiras como metalurgia, agricultura, economia rural, veterinária e tecnologia. Jubilou-se a 6 de abril de 1859.

Teve um filho, Manuel Adelino de Figueiredo, que viria a falecer a 15 de janeiro de 1865, com 28 anos, vítima de doença.

Foi membro do Conselho de Distrito, provedor da Santa Casa da Misericórdia e comendador da Ordem da Conceição.

Foi Vereador da Câmara Municipal de Coimbra entre 1839 e 1840.

A 11 de junho de 1873 tornou-se sócio efetivo do Instituto de Coimbra.

Faleceu, solteiro, a 12 de setembro de 1889, na Rua dos Coutinhos, na Freguesia da Sé Velha em Coimbra, vítima de ateroma do coração e grossos vasos. Foi sepultado no seu jazigo no cemitério público da Cidade.

Card. Luíz Per^l

ANTÓNIO JOSÉ CARDOSO GUIMARÃES

Proprietário.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1847-1850 e 1850-1852.

Nasceu em 26 de maio de 1798, em São Torcato, Guimarães, filho de Francisco José Cardoso e Maurícia Teresa Pereira.

Escrivão da Relação da cidade do Porto por decreto de 29 de novembro de 1836. Fez parte da Sociedade para o Melhoramento dos Banhos do Luso, assim como da Comissão Central de Socorros do Conselho de Coimbra.

Integrou a Sociedade Agrícola do Distrito de Coimbra, tendo sido membro do Conselho Fiscal em 1858. Em 1860, foi vogal do Conselho de Distrito.

Em janeiro de 1837, torna-se Cavaleiro da Ordem de Cristo, mercê de D. Maria II, em virtude de ter comandado a guarda de honra do Príncipe Dom Fernando Augusto, quando este visitou a cidade de Coimbra. Deputado da mesa da Santa Casa da Misericórdia. O seu nome está ainda ligado ao Asilo da Infância Desvalida.

Exerceu atividade camarária em Coimbra, primeiro como vereador em 1836-1837 e 1847 e, mais tarde, como Vice-Presidente em 1864-1866.

Faleceu em 30 de junho de 1872², na Rua da Esperança, em Coimbra, era casado com D. Antónia Albina de Lima Cardoso.

² Em relação à data de morte, o jornal *Conimbricense* de Terça-feira, 2 de julho de 1872, aponta a data para dia 29 de junho de 1872, no entanto, no registo de óbito, que consta deste ficheiro, a mesma é apontada para dia 30 de junho do mencionado ano.



CESÁRIO AUGUSTO DE AZEVEDO PEREIRA

Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1852-1854 e 1854-1856.

Nasceu em Tomar a 5 de outubro de 1806, filho de António Joaquim Viana e Matilde Clara Benedita Pereira Viana.

Frequentou a Faculdade de Matemática e Filosofia em 1821, e de Medicina em 1824. Ainda enquanto estudante alistou-se, em 1826, no Batalhão Rebelde de Voluntários Académicos, devido às suas ideias políticas. Com a posse de D. Miguel, Cesário foi obrigado a sair do país, tendo percorrido a Galiza, Inglaterra e França, onde se fixou.

Com o fim da Guerra Civil, Cesário Augusto de Azevedo Pereira regressou a Portugal e, reingressando na Universidade em 1834, licenciou-se em medicina e concluiu o doutoramento em 1835, tornando-se posteriormente professor da Faculdade de Medicina e lecionando cadeiras como aforismos, patologia geral e patologia interna. Jubilou-se por decreto de 8 de fevereiro de 1870.

O início da sua carreira enquanto docente foi marcado com o diagnóstico de “catarro crónico” que o obrigou a vários meses de ausência por doença. Neste período foi também alvo de um atentado por parte de estudantes, em junho de 1839, aparentemente por motivo de reprovação de alunos, tendo ficado gravemente ferido.

Casou com Cândida Augusta de Azevedo Pereira, de quem não teve filhos.

Entre 1835 e 1837 foi tenente da Guarda Municipal, passando a capitão de 1837 a 1842, e a major de 1846 até à extinção da força militarizada. Em 1846 tornou-se Governador Civil de Coimbra.

Foi vereador da Câmara Municipal de Coimbra em 1837 e, mais tarde em 1862 o cargo de Vice-Presidente, desempenhado até 1863.

Enquanto Presidente, o seu mandato contou com medidas de melhoramentos na cidade, no sentido de reforçar a salubridade e a higiene pública, no calcetamento de várias ruas e estradas, na reparação do cais das Ameias e ainda o início da construção do Cemitério da Conchada (1852), obra necessária face ao avanço da epidemia da cólera.

Foi diretor dos Hospitais da Universidade de Coimbra na década de 1850, e, foi ainda Decano e diretor da Faculdade de Medicina em 1869.

Publicou, em 1857, o relatório clínico e económico do Hospital dos Coléricos em agosto, setembro, outubro e novembro, enquanto diretor durante a epidemia da cólera que atingiu a Cidade no verão de 1856.

Entre 1846-1847 e 1871-1872 foi provedor da Misericórdia de Coimbra e foi ainda Comendador da Ordem de Cristo. Fundador e gerente do Asilo da Mendicidade de Coimbra, desde 1855 até à sua morte.

Desempenhou o cargo de procurador da Junta Geral do Distrito entre 1853 e 1856. Foi deputado em várias legislaturas por Coimbra e Cantanhede, Presidente da Câmara de Deputados entre 1864-1865 e 1866-1868.

Faleceu a 16 de maio de 1878, na sua residência, no Rossio de Santa Clara em Coimbra. Foi sepultado, em jazigo, no Cemitério de Santo António dos Olivais.



ANTÓNIO AUGUSTO DA COSTA SIMÕES

Médico e Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1856 e 1858.

Natural de Vacariça, Mealhada, António Augusto da Costa Simões nasceu a 23 de agosto de 1819 filho do Capitão Francisco José Simões e Teresa Justina de Jesus.

Frequentou as Faculdades de Matemática e Filosofia em 1835 e a de Medicina em 1838. Obteve o grau de bacharel em 1842, licenciou-se em medicina e tornou-se doutor em 1848. Posteriormente foi professor da Faculdade de Medicina, lecionando cadeiras como histologia e fisiologia geral, anatomia humana descritiva e comparada, medicina lega, entre outras. Jubilou-se como Lente de Prima a 25 de maio de 1882.

Após a formatura exerceu clínica na região das Cinco Vilas (Chão de Couce, Avelar, Pousaflores, Maçãs de Dona Maria e Aguda), escrevendo com base na sua experiência a *Topografia médica das Cinco Vilas e Arega*.

Regressou em 1852 da clínica aldeã, lançando-se desde logo numa campanha pelo ensino experimental. Em 1859 foi aceite pela Faculdade de Medicina a criação de uma Cadeira de Histologia e Fisiologia Geral. Prosseguindo com a sua campanha, e com vista à introdução do ensino experimental da medicina em Portugal, Costa Simões visitou os principais institutos médicos da Europa, tendo viajado durante dois anos e trabalhando com os mestres nos laboratórios. Após o regresso, organizou em Coimbra, os laboratórios de microscopia e fisiologia, considerados os mais evoluídos da Europa, naquela altura, e introduzindo assim o ensino experimental em Portugal.

Em 1881 fundou a primeira Escola de Enfermagem Portuguesa com o objetivo de formar enfermeiros. A Escola dos Enfermeiros de Coimbra, como era apelidada, é hoje a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (ESEnC), marcou de forma decisiva

e incontornável o percurso de construção, evolução e solidificação da Enfermagem.

Conseguiu, através de uma parte do donativo dos rendimentos da Senhora da Guia, a construção do Hospital da Mealhada, que viria a ser inaugurado apenas em 1906, e do Hospital do Avelar, o primeiro no País segundo os seus planos, fundado em 1894.

Foi um dos sócios fundadores do Instituto de Coimbra, em 1852, uma Academia Científica em Coimbra responsável pela publicação do jornal científico e literário denominado *O Instituto: Revista científica e literária*, que reunia o contributo das principais personalidades da ciência e da literatura nacionais, da época. Em 1867 tornou-se sócio efetivo tendo assumido também a Presidência.

Assumiu a direção do Hospital dos coléricos em 1855, tendo interrompido o exercício deste cargo com a eleição para Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, destacando-se a sua ação nos domínios da saúde pública, nomeadamente com a construção e reabilitação sanitária dos cemitérios e com a reformulação do abastecimento de águas à Cidade. Coimbra passava a contar com canalização e abastecimento de água potável.

Foi eleito Deputado às Cortes por Figueiró dos Vinhos em 1868 e 1870, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados em 1869-1870.

Foi administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra em 1870. Suspendeu entre 1882 e 1883 a administração dos HUC, para atender ao pedido da Santa Casa da Misericórdia do Porto, de formar o Hospital de Santo António. Integrou, em 1892, a Comissão dos Hospitais, cujo objetivo era promover a construção de um novo edifício para o HUC. Foi ainda reitor da Universidade de Coimbra entre 1892 e 1898.

Faleceu a 26 de novembro de 1903 na Mealhada.

A 9 de setembro de 1928 foi inaugurado, na Mealhada, um monumento em sua homenagem, construído por subscrição pública.



Raimundo Venâncio Rodrigues

RAIMUNDO VENÂNCIO RODRIGUES

Professor da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1858-1860, 1860-1862 e 1868-1870.

Nasceu a 13 de maio de 1813, em Badém de Siculá de Bardez, Estado da Índia, era filho de Vicente Salvador Rodrigues e Mariana Pereira de Meneses.

Realizou os seus primeiros estudos na Índia, no entanto, em 1833, fez parte do grupo de quatro estudantes indianos que por se distinguirem como bons alunos, foram escolhidos para cursarem na Universidade de Coimbra. Nesse sentido, no ano letivo de 1834-1835 matriculou-se nas Faculdades de Matemática e Filosofia, e mais tarde, na Faculdade de Medicina, formou-se na Faculdade de Matemática em 1839 e doutorou-se em 1840. Em 1843, formou-se em Medicina, tendo sido despachado no mesmo ano, lente substituto extraordinário da Faculdade de Matemática.

Em 1846, foi secretário da Faculdade de Matemática e diretor da mesma em 1876-1880.

Em 1847, por motivos políticos foi preso, no Limoeiro, e demitido do seu lugar, mais tarde, por Decreto de 28 de junho de 1851, voltou a ser integrado na categoria de lente catedrático.

Foi vereador da Câmara Municipal de Coimbra em 1846, 1852-1854 e 1870-1872. Da sua ação enquanto Presidente, podemos destacar a grande obra da Rua Visconde da Luz e a construção do primeiro cemitério da cidade, o da Conchada, onde os seus familiares e amigos edificaram um mausoléu, destinado a ele e a todos os indianos que viessem a falecer em Coimbra. Importa mencionar que entre 1870-1872, quando Raimundo Venâncio Rodrigues exercia funções de vereador, assumiu a presidência de forma interina a partir de 19 de dezembro de 1870 até 1872.

Nos anos de 1858 e 1861, foi eleito procurador à Junta Geral e deputado às cortes, por um dos círculos de Coimbra, em 1868. Comendador da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa. Sócio honorário da Associação dos Artistas de Coimbra. Foi Presidente da Assembleia Geral do Montepio Conimbricense. Sócio efetivo do Instituto de Coimbra.

Faleceu a 22 de novembro de 1879, na Rua dos Anjos, Sé Nova.



ANTÓNIO LUÍS DE SOUSA HENRIQUES SECO

Lente de Prima e decano da Faculdade de Direito.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1863-1864.

Nasceu em Antuzede, Coimbra, no dia 22 de janeiro de 1822, era filho de José Henriques Seco de Albuquerque e Antónia Luísa de Sousa Reis Maia.

Matriculou-se na Faculdade de Direito em 3 de outubro de 1836. Obteve o grau de Bacharel em 2 de junho de 1840, o de licenciado em 12 de janeiro de 1843 e, o de doutor em 29 de janeiro de 1843. António Luís de Sousa Henriques Seco jubilou-se por decreto de 12 de fevereiro de 1885.

Em 1846, foi eleito escrivão da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra. Foi ainda entre 1846 e 1853, administrador do concelho e Governador Civil do distrito de Coimbra. Em 1846, 1854 e 1864 foi vogal do Conselho de Distrito. Deputado às Cortes em 1854, 1857, 1858 e 1860. Sócio efetivo do Instituto de Coimbra, conselheiro e Par do Reino vitalício em 7 de janeiro de 1881. A Câmara Municipal de Coimbra nomeou-o vogal de polícia correcional, a primeira vez que este tribunal funcionou em Coimbra, em 1849. Integrou duas sociedades de propaganda liberal: em 1844, *Philadelpia* e, entre 1848 e 1849 a Carbonaria Lusitana.

Fez parte da Junta Administrativa dos Campos do Mondego, que foi criada pelo Decreto de 12 de agosto de 1856. Foi colaborador de vários periódicos de Coimbra. Entre 1887 e 1890 desempenhou o cargo de ministro da Venerável Ordem Terceira da Penitência de Coimbra.

Em 1859-1860 desempenhou o cargo de fiscal da Faculdade de Direito; entre 1881 e 1885 foi diretor da referida Faculdade. Foi autor de diversos artigos na *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, no entanto deixou outro tipo de trabalhos, entre

eles: em 1848, *Manual Histórico do Direito Romano*, em 1853, *Memória Histórica e Corográfica dos Diversos Concelhos do Distrito Administrativo de Coimbra*.

Importa mencionar que António Luís de Sousa Henriques Seco deixou parte da sua livraria à Câmara Municipal de Coimbra com o objetivo de com ela se criar uma biblioteca pública.

Faleceu em 4 de dezembro de 1892, na Rua da Sofia, em Coimbra, tinha 70 anos e ficou sepultado no Cemitério de Antuzede.



José Maria de Vasconcelos Azevedo S. e Carvajal

JOSÉ MARIA DE VASCONCELOS AZEVEDO S. E CARVAJAL

Visconde das Canas. Proprietário.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1864-1866.

Nasceu a 16 de outubro de 1813, em Elvas, filho de D. André José de Vasconcelos Azevedo e Silva e Maria Constança de Carvajal Vasconcelos e Lencastre e irmão de Luís José de Vasconcelos Azevedo Silva e Carvajal, doutor em direito.

Matriculou-se no primeiro ano jurídico em 30 de outubro de 1840, obteve o grau de Bacharel em Direito em 25 de junho de 1844, formando-se a 28 de junho de 1845.

D. José Maria de Vasconcelos Azevedo Silva e Carvajal casou com Maria Isabel de Melo Freire Bulhões, em 1855. Era proprietário da Quinta de Canas, que se localizava em Santa Clara, propriedade onde se encontra inserida a prestigiada Lapa dos Esteios, adquirida em 1860. Durante o período do romantismo D. Maria Isabel de Melo Freire de Bulhões transformou este jardim num local de encontro intelectual.

Em 1864, foi eleito procurador à Junta Geral do Distrito, tendo sido também eleito deputado pelo Círculo nº18, Lousã para a legislatura que teve início a 2 de janeiro de 1857 e decorreu até 26 de março de 1858, tendo prestado juramento a 24 de janeiro de 1857.

Por Decreto de 27 de abril de 1865, D. José Maria de Vasconcelos Azevedo Silva e Carvajal recebe o título de Visconde de Canas e, mais tarde, por Decreto de 20 de junho de 1870 é elevado a conde.

Quando faleceu a 15 de maio de 1879, Joaquim Martins de Carvalho descreveu o Visconde das Canas como sendo alguém merecedor de "*estima e consideração geral*". Não deixou descendência e foi sepultado no Cemitério da Conchada.

Manuel dos Santos Pereira Jardim

MANUEL DOS SANTOS PEREIRA JARDIM

Visconde de Montessão. Professor da Faculdade de Filosofia.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1866-1868.

Nasceu em Coimbra, no dia 19 de julho de 1818, era filho de Francisco dos Santos Jardim e Cecília Rosa. Em 7 de outubro de 1835, matriculou-se em filosofia. Obteve o grau de bacharel a 10 de junho de 1839, licenciou-se em 28 de julho de 1840, no mesmo ano, doutorou-se. Jubilou-se em 1879.

Manuel dos Santos Pereira Jardim desempenhou diversos cargos ao longo da sua vida, entre 1847-1849 e 1852-1855, foi secretário da Faculdade de Filosofia; entre 1865-1870 e 1875-1879, foi diretor do Gabinete de Mineralogia e Conquiliologia; diretor da Faculdade de Filosofia entre 1872 e 1879 e, entre 1874-1879 diretor do Gabinete de Zoologia.

Foi autor de alguns relatórios, discursos e opúsculos, entre eles: *Relatório e Programa para a reforma da Filosofia Racional e Moral, Deterioração do Clima da Europa, sua influência na agricultura*, em 1887.

Era liberal, tendo sido condecorado com a medalha da Campanha da Liberdade. Em 1871, foi-lhe concedido o título de 1º Visconde de Monte-São, mercê atribuída por D. Luís I. Provedor da Misericórdia de Coimbra. Par do Reino. Sócio efetivo do Instituto de Coimbra. Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Sócio honorário da Associação dos Artistas de Coimbra.

Faleceu em Coimbra, no dia 22 de abril de 1887.



JOAQUIM AUGUSTO DAS NEVES BARATEIRO

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1870.

Nasceu a 1 de abril de 1830, na freguesia de São Bartolomeu, em Coimbra, filho de António das Neves Barateiro e de Luísa Inácia dos Santos Barateiro.

Foi casado a primeira vez com Maria José da Fonseca Barateiro, de quem teve um filho, José Augusto da Fonseca Barateiro. Num segundo casamento, Joaquim Augusto das Neves Barateiro casou com Maria de Jesus da Silva Matos Barateiro.

Tomou posse como Presidente da Câmara Municipal de Coimbra a 2 de janeiro de 1870, cargo desempenhado até agosto do mesmo ano uma vez que assumiu o cargo de Delegado do Procurador Régio na Comarca de Ribeira Grande, Ilha de São Miguel.

Foi juiz de direito da Comarca de Silves, nomeado por decreto de 20 de setembro de 1890.

Joaquim Augusto das Neves Barateiro faleceu, viúvo, na Figueira da Foz, onde residia, a 5 de agosto de 1909 pelas 16 horas com 79 anos, tendo sido sepultado no jazigo de sua família no Cemitério da Figueira da Foz.



ANTERO AUGUSTO DE ALMEIDA ARAÚJO PINTO

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1870 e 1872.

Natural de Coimbra, filho de João Marques de Almeida Araújo Pinto e Cândida de Almeida Araújo Pinto.

Bacharel formado em direito foi vereador do Município de Coimbra entre 1858 e 1862. Foi eleito Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1868 e 1870, tendo assumido a presidência desde agosto de 1870 até 1872, depois de Joaquim Augusto das Neves Barateiro ter assumido o cargo de Delegado do Procurador Régio na Comarca de Ribeira Grande, Ilha de São Miguel, e ter deixado a presidência da Câmara. Durante a sua presidência de 1870 a 1872, Raimundo Venâncio Rodrigues assumiu também funções de Presidente em algumas situações.

Responsável por retomar o processo de criação da rede de abastecimento de água a partir do rio Mondego, Antero Augusto de Almeida Araújo Pinto, enquanto Presidente abriu o primeiro concurso em 1870. Também em 1870 foi eleito secretário do Club Conimbricense e foi nomeado substituto de juiz de direito para a Comarca de Coimbra. Pertenceu à Comissão de Recenseamento do Concelho de Coimbra, chegando mesmo a presidir a comissão de recenseamento eleitoral em 1876. Foi ainda Governador Civil de Coimbra em 1882, tendo substituído José Maria Coutinho. No mesmo ano foi nomeado Presidente da comissão dos arrozais do distrito de Coimbra, pela portaria do ministério das obras públicas de 16 de setembro de 1882. Em 1881 teve um filho com D. Maria Isabel Machado Quaresma Araújo Pinto, que faleceu prematuramente, com apenas 19 meses. A 6 de agosto de 1883 nasceu a sua filha, Maria Corina.

Foi júri da Comarca de Coimbra, que serviu nas causas crimes do 1º semestre de 1901. Era sócio da Sociedade da Defesa e Propaganda, em 1914.



Lourenço de Almeida Azevedo

LOURENÇO DE ALMEIDA AZEVEDO

Médico Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1872-1874, 1876-1886.

Nasceu em Coucieiro, Vila Verde, Braga, em 1 de agosto de 1833, era filho de João Correia de Almeida Carvalhais e Maria Teresa de Azevedo. Apesar das suas origens humildes, o pai quis dar-lhe a devida educação e, por isso, mandou-o para Coimbra, onde fez os exames de instrução secundária. Matriculou-se no primeiro ano de matemática e filosofia em 1849, completando estes estudos em 1852. Neste mesmo ano matriculou-se em medicina, doutorando-se em 1858. Terminado o curso, optou por exercer em Coimbra, onde tinha alcançado boa reputação como médico, ainda antes de ter terminado a licenciatura, uma vez que se tinha distinguido no auxílio aos doentes pobres em 1855-1856, numa altura em que a epidemia da cólera assombrou a cidade de Coimbra.

Entre 1858 e 1891, Lourenço de Almeida Azevedo foi Lente da Faculdade de Medicina, onde lecionou várias cadeiras e se destacou pelas suas capacidades de ensino. Desempenhou o cargo de diretor da referida Faculdade, entre 1885-1891. Em 1885, foi vogal da Junta de Saúde Pública.

Desde muito cedo, que Lourenço de Almeida Azevedo representava um papel ativo na vida política local, em 1864, foi membro da Junta Geral do Distrito de Coimbra, foi ainda vogal do mesmo Conselho de Distrito e vereador e da Câmara Municipal de Coimbra. Como Presidente do Município de Coimbra destaca-se o melhoramento que fez em estradas, fontes e escolas, mas principalmente a construção dos Paços do Concelho, na Praça 8 de Maio, sendo que as primeiras manifestações para a edificação do mesmo, surgem em 1872.

Era maçónico, tendo pertencido à Loja da Liberdade, em Coimbra, onde em 1863, terá sido tesoureiro. Foi sócio da Associação Liberal de Coimbra em 1874, sócio correspondente da Academia Real de Madrid, sócio efetivo do Instituto de Coimbra e sócio honorário da Associação dos Artistas de Coimbra.

Lourenço de Almeida Azevedo escreveu e publicou diversos trabalhos sobre temas relacionados com a sua área de formação profissional.

Em 1884, quando a cólera devastou Marselha, Toulon, e outras cidades de França e Espanha ameaçando de certa forma Portugal, Lourenço de Almeida Azevedo deslocou-se para o centro da epidemia, com o objetivo de a estudar de forma mais exaustiva, tendo daí resultado uma das suas monografias mais conhecidas: *A cholera morbus: sua prophylaxia e tratamento*. As receitas da venda desta obra foram destinadas à primeira comissão de socorros a indigentes que se constituísse em Coimbra ou, em alternativa aos párocos das freguesias para auxílio da pobreza.

Em 1885, Lourenço de Almeida Azevedo deixou Coimbra e passou a residir em Lisboa. No mesmo ano, foi vogal da Junta Consultiva de Saúde Pública e da secção permanente do Conselho Superior de Instrução Pública, continuando a ser muito respeitado em Coimbra. É de salientar que quando decidiu mudar-se para Lisboa, muitos professores, negociantes, industriais, proprietários e artistas, se juntaram para tentar demovê-lo da sua decisão, no entanto, sem sucesso.

Por carta régia de 29 de dezembro de 1881, tornou-se Par do Reino, tomando posse a 28 de janeiro de 1882. Na Câmara dos Pares, não integrou qualquer comissão. A sua atividade parlamentar também não foi das mais significativas. Apoiava a maioria regeneradora. Faleceu em Lisboa, no dia 18 de junho de 1891.



Fernando A. Melo Brand.

FERNANDO AUGUSTO DE ANDRADE PIMENTEL E MELO

Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1874-1876.

Nasceu em Penacova a 16 de setembro de 1836, era filho de Joaquina Emília Augusta de Melo Ribeiro e Fernando António de Andrade Pimentel e Melo, bacharel em Cânones.

Matriculou-se em três faculdades da Universidade de Coimbra: em 5 de outubro de 1853 em matemática, em 3 de outubro de 1853 em Filosofia e, em 22 de outubro de 1856 em medicina, tendo-se doutorado nesta última em 1862 e, onde veio a desempenhar funções de professor.

Iniciou-se como professor substituto, entre 1865-1870 e foi despachado lente catedrático em 1870.

Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Melo era considerado uma figura distinta em Coimbra, onde foi chefe do Partido Regenerador e Provedor da Santa Casa da Misericórdia.

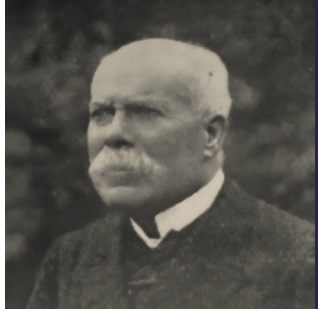
Em 1872, desempenhou funções de 2º clínico externo nos Hospitais da Universidade de Coimbra e integrou a Junta Consultiva de Saúde do Distrito de Coimbra. Foi eleito deputado para as legislaturas de 1865-1868, 1868-1869, 1869-1870, sempre pelo círculo de Penacova. Em 1870, apesar de ter sido eleito novamente, Fernando de Melo, viria a deixar a Câmara de Deputados. Em 1865, fez parte da Comissão de Verificação de Poderes, em 1865 e 1867, da de Saúde Pública e, em 1867 e 1870 da de Instrução Pública.

Apresentou e subscreveu diversas inquirições ao Ministro das Obras Públicas,

tendo sido todas elas relacionadas com o distrito de Coimbra, como é exemplo, o restauro da Igreja de Santa Cruz e a construção de estradas e caminhos de ferro. Subcreveu o projeto de lei que excetuava o ónus real, resultante das servidões das construções rústicas constituídas antes da promulgação do Código Civil, do registo que acompanhava o prédio, em 1869.

Em 1866, participou no debate sobre o orçamento de Estado, fazendo vários apontamentos sobre a injustiça com que tinham sido tratados os interesses da cidade de Coimbra. Integrou a discussão de vários projetos-lei. Em 28 de março de 1877, é nomeado diretor dos Hospícios dos Abandonados. Em 1885, seria diretor do hospital para coléricos, existente na cidade de Coimbra.

Faleceu na Rua da Esperança de tuberculose pulmonar, com 56 anos, era casado com Maria Júlia Godinho de Sousa e Melo, tendo deixado três filhos.



João José Dantas Souto Rodrigues

JOÃO JOSÉ DANTAS SOUTO RODRIGUES

Professor da Faculdade de Matemática e da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1886-1887.

Natural de Torres Novas, onde nasceu no dia 29 de novembro de 1841, era filho do Dr. Luís Carlos de Souto Rodrigues (médico do Partido Municipal de Torres Novas) e de D. Mariana Augusta da Cunha Dantas Pereira.

Matriculou-se em Filosofia e Matemática, na Universidade de Coimbra em 13 de outubro de 1857. Obteve o grau de bacharel em filosofia em 2 de julho de 1863, a formatura foi em 13 de julho de 1864. Bacharel em matemática em 26 de junho de 1865 e o de doutor em 31 de julho de 1869.

Entre 1865 e 1870 foi 2º ajudante do Observatório Astronómico e, entre 1900-1923 diretor da mesma instituição.

Foi autor de alguns trabalhos, como por exemplo: *Estudo sobre a permanência de Polos Terrestres*, de 1869. Foi docente de matemática no Seminário de Coimbra. Comendador da Ordem de Cristo. Vice-Presidente em 1876 e 1878. Governador Civil de Coimbra em 17 de fevereiro de 1898 até 8 de janeiro de 1900. Transitou enquanto docente da Universidade de Coimbra, para a Faculdade de Ciências em 1911, tendo sido diretor desta Faculdade entre 1921 e 1925. Apesar de aposentado, acabou por ser reintegrado na atividade docente em 16 de novembro de 1915. Voltaria a aposentar-se por motivos de saúde, em 12 de maio de 1927.

Era regenerador. Foi deputado em diversas legislaturas pelo círculo de Coimbra. Em conjunto, com o Dr. Castro Matoso, assinou o projeto de lei para os esgotos de Coimbra, uma das obras mais importantes para a cidade.

Faleceu a 18 de julho de 1929. Foi casado duas vezes, com D. Maria José Quaresma Bacelar, com quem teve uma filha, Eugénia Bacelar Souto Rodrigues que falecera quando tinha treze anos, em Lisboa. O segundo casamento de Souto Rodrigues foi com D. Emília Severo de Souto Rodrigues.



Luís da Costa e Almeida

LUÍS DA COSTA E ALMEIDA

Professor da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1887-1890.

Nasceu a 27 de março de 1841, em Lisboa, era filho de Luís da Costa e Almeida (Lente da Faculdade de Leis) e Maria José Chaves de Sá Pereira e Almeida.

Matriculou-se em matemática e filosofia em 15 de outubro de 1855, obteve o grau de bacharel em Filosofia a 18 de junho de 1859. Bacharel em matemática a 7 de julho de 1859, licenciado a 14 de julho de 1860 e, o de doutor a 20 de julho de 1862.

Foi ajudante do Observatório Astronómico, assim como diretor interino do mesmo. Decano da Faculdade de Matemática, foi diretor da mesma entre 1888-1911.

Luís da Costa e Almeida foi autor de diversos trabalhos, entre eles: *Teoria dos contactos de superfícies e curvas no espaço*, de 1869; *Breves apontamentos sobre a natureza, procedência e sinais das linhas trigonométricas*, de 1870.

Sócio efetivo e mais tarde, sócio honorário do *Instituto de Coimbra*. Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra em 1873-1874. Vogal do Conselho Superior de Instrução Pública em 1885. Reitor do Liceu de Coimbra. Em 1892, regeu um curso de matemática no Seminário Episcopal de Coimbra. Governador Civil substituto de Coimbra. Comendador da Ordem de Cristo. Transitou para a Faculdade de Ciências em 1911.

Era pai do lente da Faculdade de Letras, Eugénio de Castro e Almeida. Entre 1911 e 1912 foi diretor do Laboratório de Mecânica. Exerceu ainda o cargo de diretor da Faculdade de Ciências, entre 1911 e 1917.

Luís da Costa e Almeida foi considerado um dos mais importantes Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra, uma vez que foi sob a sua presidência que se ini-

ciou e levou a efeito o importante melhoramento do abastecimento de água a toda a cidade, tendo sido adquiridos os melhores mecanismos para que tal fosse alcançado com sucesso. Geriu com todo o cuidado as finanças municipais, aumentando as receitas. Em 8 de maio de 1888, iniciou a abertura do novo bairro de Santa Cruz, abrindo-lhe as artérias principais e promovendo a construção dos principais prédios. Foi também responsável pelo início das obras da Avenida Navarro e pela criação do Museu Municipal.

Faleceu em Coimbra a 12 de fevereiro de 1919, na sua residência na Rua do Cosme, com 77 anos.



MANUEL DA COSTA ALEMÃO

Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1890-1893.

Natural de Coimbra, onde nasceu no dia 27 de outubro de 1833, filho de Francisco da Costa Alemão e de Teresa Maria da Costa Alemão.

Matriculou-se na Universidade de Coimbra, em matemática em 5 de outubro de 1850, Filosofia em 5 de julho de 1852 e Medicina em 7 de outubro de 1861. Obteve o grau de bacharel em medicina a 22 de junho de 1865, o de licenciado em 25 de junho de 1868 e, o de doutor em 29 de junho de 1868.

Entre 1867-1870 foi clínico dos Hospitais da Universidade de Coimbra; em 1872, foi professor do Liceu Nacional de Coimbra; entre 1880-1881, administrador da Imprensa da Universidade. Entre 1884-1886 assumiu o cargo de reitor interino da Universidade de Coimbra. De 1897 até 1911 foi diretor do Gabinete de Medicina Operatória. Foi Decano e diretor da Faculdade de Medicina, entre 1899 e 1911. Entre 1902 e 1910 foi administrador dos Hospitais da Universidade. Procurador à Junta Geral por Coimbra. Autor de algumas publicações e artigos em revistas científicas e culturais.

Após a Implantação da República foi chefe do Partido Monárquico. Presidente da Direção do Asilo da Infância Desvalida. Por Decreto de 31 de outubro de 1910, foi demitido do cargo de administrador dos hospitais, em consequência da sua filiação política. Aposentou-se em 3 de fevereiro de 1912. Sócio efetivo do Instituto de Coimbra. Conselheiro de Sua Majestade. Grã-Cruz da Ordem de Santiago da Espada.

No que diz respeito ao seu papel enquanto Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel da Costa Alemão é descrito como tendo sido um Presidente com uma administração cuidadosa, tendo liquidado alguns encargos que se encontravam

em atraso, resolveu outras questões importantes, como é o caso do abastecimento de água da cidade.

Recusou o título de Conde de Vila Franca. Era casado com D. Ermelinda da Costa Alemão, deixou descendência. Era pai do Dr. Agostinho da Costa Alemão.

Faleceu em Coimbra, no dia 13 de agosto de 1922, com 89 anos.



João Maria Correia Aires de Campos

JOÃO MARIA CORREIA AIRES DE CAMPOS

Proprietário de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1893-1896.

Nasceu em fevereiro de 1847, em Coimbra, era filho de João Correia Aires de Campos (arqueólogo e jurisconsulto).

Matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra a 15 de outubro de 1870, obtendo o grau de bacharel a 13 de julho de 1874 e, formando-se a 21 de julho de 1875. Em 22 de junho de 1876, casou com D. Amélia de Sande Magalhães Mexia Salema (figura importante em Coimbra pelas suas iniciativas solidárias a favor dos mais necessitados). Deste casamento ficou descendência.

Foi Presidente distrital do Partido Regenerador. Desde 1890, sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa. Recebeu a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, as Palmas da Academia Francesa, foi comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Em 22 de junho de 1901, foi agraciado com o título de 1º Conde do Ameal.

Aires de Campos era uma pessoa com grande prestígio social e político, na terra em que nasceu, onde exerceu o cargo de Presidente do Asilo de Mendicidade. Destaca-se também o papel que teve como mecenas de alguns artistas portugueses, como é o caso de Ezequiel Pereira que estudou em Paris e na Bretanha durante algum tempo, sob a proteção do referido proprietário.

Seria também um grande colecionador, sendo detentor no seu palácio em Coimbra, localizado na Rua da Sofia, de um museu de bens artísticos e históricos, assim como de uma vasta biblioteca com enorme valor, composta por obras impressas e manuscritas, tendo sido considerada uma das melhores do país.

Foi eleito pelo círculo de Coimbra em outubro de 1892, abril de 1894 e novem-

bro de 1895, tendo concorrido pelos governamentais. Deputado nas legislaturas de 1893, de 1894 e de 1896-1897.

Fez parte das Comissões Administrativas de Administração Pública em 1893 e 1894, do Comércio e Artes em 1894 e de Estatística em 1897. A sua participação como deputado resume-se à apresentação à Câmara de uma representação dos comerciantes de Coimbra, onde se solicita que fosse revogado o Decreto de 13 de abril de 1893 e, que aos fósforos que se encontrassem em posse dos comerciantes fosse aplicado o selo provisório criado pelo artigo 21.º do Regulamento de 6 de agosto de 1892.

Faleceu no dia 13 de julho de 1920, em Coimbra, vítima de uma congestão cerebral.



Luís Pereira da Costa

LUÍS PEREIRA DA COSTA

Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1896-1899.

Luís Pereira da Costa era natural de Monte Redondo, Leiria, filho de Luís Pereira da Costa e Maria Rita. Nasceu a 20 de maio de 1847.

Matriculou-se em matemática a 18 de novembro de 1872, em Filosofia a 12 de outubro de 1876 e, em Medicina a 15 de outubro de 1876. Obteve o grau de bacharel em 21 de junho de 1880, o de licenciado a 4 de março de 1882 e, o de doutor em 16 de julho de 1882. Doutorou-se em Farmácia a 22 de março de 1921.

Entre 1884-1889, foi secretário da Faculdade de Medicina, fiscal da mesma faculdade, em 1891-1895. Diretor do Gabinete de Microbiologia, entre 1897 e 1903.

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1886-1887. Em 1888, foi nomeado professor auxiliar dos trabalhos práticos das cadeiras de Medicina Operatória e Anatomia Topográfica.

Entre 1903 e 1911, exerceu o cargo de diretor do Laboratório de Microbiologia e Química Biológica, desempenhou ainda outros cargos de direção, para além destes.

Foi autor de vários artigos na *Revista Coimbra Médica* e outras publicações, tais como: *Banhos de Mar. Elementos de hidroterapia marítima*, publicado em Coimbra, no ano de 1882.

Luís Pereira da Costa foi considerado um grande impulsionador no que diz respeito aos estudos de Bacteriologia em Portugal. Sócio efetivo do Instituto de Coimbra. Em 1878, juntamente com outras pessoas fundou o *Jornal Estudos Médicos*.

Entre 2 de julho de 1900 e 28 de maio de 1903, foi Governador Civil de Coimbra. Conselheiro. Em 1919-1920, regeu o curso semestral de Bacteriologia na Escola Supe-

rior de Farmácia. Em 1920, foi Presidente do Conselho de Medicina Legal. Aposentou-se em 22 de julho de 1930.

Faleceu em 20 de março de 1940, em Monte Redondo. Deixou a sua herança a um instituto de proteção às crianças e aos pobres da sua terra natal.



Manuel Dias da Silva

MANUEL DIAS DA SILVA

Professor e sacerdote.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1899-1902 e 1902-1905.

Nasceu em Santa Cristina de Longos, concelho de Guimarães, no dia 1 de agosto de 1856, filho de João Dias da Silva e Antónia Joaquina da Cunha.

Em 1867-1873, frequentou o liceu em Braga, em 1873-1876, o Seminário Arquidiocesano. Até 1879, foi professor do Colégio Académico, é neste ano, que também é ordenado presbítero. Com 23 anos e depois de ser ordenado sacerdote, matriculou-se em 15 de outubro de 1879, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, obtendo o grau de bacharel em 9 de julho de 1883, o de licenciado em 27 de abril de 1885 e, o de doutor em 19 de junho de 1887.

Integrou o corpo docente da Faculdade de Direito, como lente substituto, por despacho de 5 de janeiro de 1888, sendo que também desempenhou o cargo de secretário da mesma Faculdade, entre 1887-1890. Sócio efetivo do Instituto de Coimbra, em 13 de dezembro de 1884. Em 1909, foi eleito Presidente da Sociedade de Defesa e Propaganda. Entre 1889 e 1891, exerceu o cargo da Santa Casa da Misericórdia e, em 1891 a 1893, o de Provedor. Foi vice-Presidente da Comissão Executiva de Coimbra do Partido Progressista.

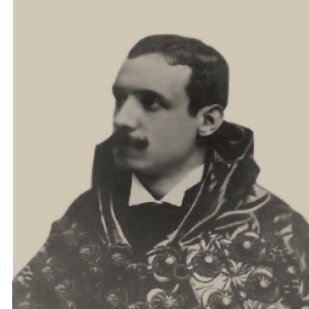
A sua atividade como Presidente da Câmara Municipal ao longo de seis anos (1899-1905), foi considerada notável: *“a sua inteligência e o seu trabalho ajudaram a levantar esta terra da inacção em que se manteve durante largos anos”*. A sua presidência foi classificada como sendo *“superior, feita com engenho, bom senso e energia contagiante”*. A si se deve a criação de escolas, obras, de canalização de águas, arborização, reparação de pontes e estradas; fontes e abertura de diversos caminhos.

É na presidência de Manuel Dias da Silva que se desenvolve o sistema de transportes designado por *“americanos”*, constituído por veículos de tração animal sob carris de ferro, mais tarde, substituídos pelos elétricos; se faz a municipalização do gás, facto que trouxe uma grande melhoria no que diz respeito à iluminação da cidade; o aterro do Rossio de Santa Clara; o alargamento da Rua da Madalena, atualmente, designada de Avenida Fernão de Magalhães, nesta avenida destaca-se entre outras coisas, o ajardinamento; e por fim, a abertura das Ruas Antero de Quental, de João de Deus, Eça de Queirós, Tenente Campos Rego, da Manutenção Militar, Padre António Vieira, entre outras.

É importante referir que Manuel Dias da Silva deixou no seu testamento, ao Município de Coimbra, a apólice de um seguro de 1 conto de réis, cujos rendimentos depois de capitalizados durante 225 anos, deviam ser utilizados pela Câmara em melhoramentos materiais e higiénicos do concelho e, em beneficência e providência, legado esse, que mostrou a paixão que tinha por Coimbra.

Foi agraciado em 1905, com a Comenda e Grã-Cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Faleceu em Coimbra, em 5 de setembro de 1910, na Rua Fernandes Tomás.



João Rodrigues Donato

JOÃO RODRIGUES DONATO

Capitão-Médico do Exército.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1908.

Nasceu a 19 de abril de 1851, na freguesia de Santa Cruz, era filho de Manuel Rodrigues Tocha Donato e Matilde da Conceição.

Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra a 2 de outubro de 1873. Bacharel do curso de Medicina em 1878.

Era farmacêutico e proprietário de uma farmácia localizada na Rua Ferreira Borges, capitão-médico do exército e fabricante de gelo e de gasosas, sendo também dono de uma fábrica de gelo, sita na Praça do Comércio.

Casou-se no dia 6 de novembro de 1910, na Igreja Paroquial de Santa Cruz, com D. Maria do Espírito Santo, tendo deixado descendência dessa união. Era ainda pai de Fausto Rodrigues Donato, nomeado administrador do concelho de Coimbra em 1917.

Faleceu em 26 de agosto de 1936, em Santa Cruz.

José Ferreira Marnoco e Sousa

JOSÉ FERREIRA MARNOCO E SOUSA

Jurista e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1905-1908 e 1908-1910.

Nasceu em Sousela, Lousada, no dia 29 de agosto de 1869, era filho de António José Ferreira de Marnoco e Sousa (médico-cirurgião) e Sofia Elisa de Marnoco e Sousa.

Matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 14 de outubro de 1890. Obteve o grau de bacharel em 23 de junho de 1894, o de licenciado em 25 de abril de 1896 e, o de doutor em 5 de dezembro de 1897.

Entre 1913-1915 exerceu o cargo de diretor da Faculdade de Direito, assim como da Biblioteca da Universidade. Deixou vários artigos em revistas e obras jurídicas da sua autoria. Foi sócio efetivo do Instituto de Coimbra, em 4 de julho de 1896. Ministro da Marinha e do Ultramar. O Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra foi por ele criado. Redator da *Revista de Legislação e Jurisprudência*, tendo ainda colaborado com José Alberto dos Reis, também lente de Direito, na obra *A Faculdade de Direito e o seu ensino*, de 1907.

Enquanto Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, José Ferreira de Marnoco e Sousa efetuou um empréstimo de cem contos de réis para realizar as seguintes ações: fazer o pagamento da municipalização do gás, realizar modificações importantes na fábrica do gás para a modernizar; edificar o depósito das águas em Santo António dos Olivais; planificar a construção do Bairro do Penedo da Saudade; negociar o estabelecimento da rede de tração elétrica; tendo sido responsável pelo aterramento da ínsua do Porto dos Bentos; deve-se também a ele, a construção do pavilhão para a venda do peixe com os seus anexos, obra que marca o início da transformação do mercado; criou jardins públicos, assim como o Tribunal de Árbitros Avindores; estabele-

leceu na fábrica do gás o horário de 8 horas para o pessoal operário; definiu e subsidiou uma caixa de reformas e socorros para todo o pessoal dos serviços da Câmara; criou e compôs de bom mobiliário muitas escolas primárias; procedeu ao alargamento do Largo da Sé Velha e regularizou e mandou ampliar o Cemitério Municipal.

Faleceu em Coimbra, no dia 17 de março de 1916, foi sepultado no Cemitério da Conchada.



A stylized, handwritten signature in black ink.

SIDÓNIO BERNARDINO CARDOSO DA SILVA PAIS

Professor.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1910.

Nasceu em Caminha a 1 de maio de 1872, filho de Rita Júlia Cardoso da Silva e de Sidónio Alberto Marrocos Pais.

Em 1885-1886 frequentou o Seminário Maior Episcopal de Coimbra, com o estatuto de aluno externo em algumas disciplinas, tendo mais tarde, realizado exame no liceu de Viana do Castelo. Em 1887, inscreve-se no curso de Filosofia da Universidade de Coimbra, no ano de 1895, matricula-se em matemática. Obtém o grau de bacharel em matemática, em 23 de junho de 1896, o de licenciado em 12 de janeiro de 1898 e, o de doutor em 24 de julho de 1899. Bacharel formado em filosofia.

Exerceu o cargo de 3º astrónomo do Observatório Astronómico. De 23 de outubro de 1910 até 7 de fevereiro de 1911 foi vice-reitor da Universidade. Professor da Escola Industrial Avelar Brotero, chegando também a ser diretor da mesma. Administrador da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses. Era maçónico, tendo integrado a loja “Estrela de Alva” de Coimbra, em 1911, sob o nome simbólico de “Carlyle”. Transitou para a Faculdade de Ciências em 1911. Ministro do Fomento em 4 de setembro de 1911 e das Finanças de 13 de novembro de 1911 até 16 de junho de 1912. Em 8 de dezembro de 1917 era Presidente da Junta Revolucionária. Presidente da República de 12 de dezembro de 1917 até 14 de dezembro de 1918. Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros entre 12 de dezembro de 1917 e 11 de maio de 1918.

É a Sidónio Pais que se deve a criação das Juntas Militares, com o objetivo de pôr fim à série de atentados que se perpetravam, esta foi uma das razões que levaram ao seu assassinio, na estação do Rossio, em Lisboa, na noite de 14 de dezembro de 1918.



A. Augusto Gonçalves

ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES

Arqueólogo, artista, crítico e historiador de arte e polemista.

Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1911-1913.

Natural de Coimbra, onde nasceu no dia 19 de dezembro de 1848, era filho de António José Gonçalves Neves (pintor conimbricense) e Libânia Máxima da Teresa Neves.

António Augusto Gonçalves completou os cursos liceal e de desenho filosófico, no entanto, não chegou a obter qualquer tipo de grau académico na Universidade. Ensinou matemática e desenho. Lecionou desenho na Associação dos Artistas e no Colégio dos Órfãos. Em 1878, criou em Coimbra a Escola Livre das Artes do Desenho, onde foi também diretor. No ano de 1881, foi relator do Centro Operário de Coimbra. Foi Secretário da Comissão Executiva da Exposição de Artefactos e Manufaturas do Distrito de Coimbra, tendo sido uma figura fundamental para a organização do certame.

A partir de 1884, foi professor de desenho na Escola de Desenho Industrial Brotero e, desde 1889, na Escola Industrial Brotero, sendo nomeado seu diretor. Secretário da delegação de Coimbra da Associação Industrial Portuguesa, em 1888.

Vereador da Câmara Municipal de Coimbra em 1887-1890 e Vice-Presidente em 1910. Por iniciativa de António Augusto Gonçalves foi fundado em Coimbra, em 1890, um Museu de Arte Industrial.

Era filiado no Partido Republicano, no entanto, teve o apoio da Rainha D. Amélia e do Bispo – Conde D. Manuel de Bastos Pina para levar a bom porto o seu plano de restauro da Sé Velha, obras essas que foram iniciadas em janeiro de 1893.

O Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra terá sido reorganizado por si, atividade que começou em 1894, a mesma instituição, viria a dar lugar, em 1911, ao que atualmente, denominamos de Museu Machado de Castro.

António Augusto Gonçalves era iniciado na Maçonaria, com o nome simbólico de “*Fernão Vasques*”. Em 24 de outubro de 1910, é nomeado pelo Governo Provisório, superintendente dos Palácios Reais. Sócio do Instituto de Coimbra e da Associação Liberal de Coimbra. Autor de diversos artigos em jornais e trabalhos de literatura e arte.

Em 1920, é membro do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra.

Faleceu em Coimbra, no dia 4 de novembro de 1932, com 83 anos.



JOSÉ FALCÃO RIBEIRO

Advogado.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1913.

José Falcão Ribeiro era natural da Lousã, filho de João Ribeiro e Cândida Rita de França Falcão. Professor da Escola Normal. Diretor do Colégio Académico, sito na Rua dos Coutinhos, Coimbra. Fez parte da Associação de Creches. Exerceu advocacia, tendo um escritório na Praça 8 de Maio. Foi vereador da Câmara Municipal de Coimbra entre 1905-1908 e 1908-1910, com o Pelouro de Higiene e Instrução Primária, em 1906. Vice-Presidente da Câmara em 1919, integrou o Senado em 1919-1923.

Em janeiro de 1909, apresentou à Câmara Municipal de Coimbra a ideia da criação de uma casa de correção para menores do distrito de Coimbra, ficando ele próprio responsável por apresentar a representação que deveria ser dirigida aos poderes superiores. Propôs a criação de diversas escolas, em várias localidades do concelho de Coimbra. Foi funcionário superior das colónias e gerente da Firma Advocacia e Procuradoria de Portugal e Ultramar, localizada em Lisboa. Foi nomeado administrador do concelho de Condeixa, no entanto, pediu exoneração em 1908.



FRANCISCO VILAÇA DA FONSECA

Negociante.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1914 e 1918.

Francisco Vilaça da Fonseca foi uma figura com prestígio no meio comercial de Coimbra. Não seria natural de Coimbra, era filho de D. Maria Teresa Gomes Vilaça e irmão do também negociante Manuel Vilaça da Fonseca. Era proprietário de uma drogaria na Rua Ferreira Borges.

Desempenhou diversos cargos na Associação Comercial e Industrial de Coimbra. Foi membro da Comissão Organizadora do Congresso Beirão que decorreu em 1922. Membro da União Liberal Republicana. Sócio honorário do Ateneu Comercial. Exerceu cargos importantes de eleição também na Junta Geral de Distrito.

Vereador da Câmara Municipal de Coimbra em 1910; 1911-1913; 1919-1923; e 1923-1926. Francisco Vilaça da Fonseca esteve ligado à criação da Biblioteca Municipal de Coimbra, uma vez que, enquanto, Vice-Presidente da comissão executiva da Câmara, propôs em sessão camarária de 23 de novembro de 1922, que “se organizasse a biblioteca por forma que ela pudesse abrir à leitura pública no mais curto prazo”, assim como indicava que se nomeasse o seu diretor, o Dr. José Pinto Loureiro. Esta proposta seria aprovada por unanimidade.

Integrou o Grémio dos Empregados no Comércio e Indústria de Coimbra, associação de carácter socioprofissional constituída em 6 de agosto de 1882.



Dr. Eusébio Tamagníni

EUSÉBIO TAMAGNÍNI DE MATOS ENCARNAÇÃO

Professor.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1918 e 1919.

Nasceu em 8 de julho de 1880, em Tomar, era filho de Augusto Barbosa Tamagníni da Encarnação e Antónia Adelaide Matos da Encarnação.

Matriculou-se em matemática em outubro de 1898, filosofia em outubro de 1899 e em medicina em 1902.

Exerceu diversos cargos, a saber: secretário da Faculdade de Filosofia – entre 1905 e 1910; entre 1907 e 1911 foi diretor do Museu de História Natural; em 1910-1911, foi fiscal da Faculdade de Filosofia; em 1906-1911, foi professor provisório do Liceu Central de Coimbra.

Em 22 de agosto de 1911, transitou para a Faculdade de Ciências. Foi iniciador dos estudos de etnologia na Universidade.

Faleceu em 1 de novembro de 1972.

Dr. Augusto Joaquim Alves dos Santos

AUGUSTO JOAQUIM ALVES DOS SANTOS

Professor e pedagogo.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1919.

Nasceu no dia 14 de outubro de 1866, em Santa Maria da Cabração, Ponte Lima, filho de Manuel Joaquim Rodrigues dos Santos e Ana Maria Alves Soares.

Frequentou o Seminário de Braga e a Universidade de Coimbra, onde em 1899, se licencia em Teologia, foi ordenado sacerdote, no entanto, mais tarde, solicitou a redução ao Estado Laical. Em 1900, obtém o grau de doutor em Teologia, tendo lecionado entre esse ano e 1910, as disciplinas de Teologia Dogmática, Ética Cristã e Geral e Teologia Moral, na Faculdade de Teologia. Entre os anos de 1901 e 1903 e de 1906 a 1909, foi professor de Grego e Hebraico no Liceu de Coimbra.

Em 1911, ano em que é extinta a Faculdade de Teologia, Augusto Joaquim Alves dos Santos deixa o serviço no Gabinete da Presidência da República e transita para a Faculdade de Letras, onde começa a interessar-se pela área da Psicologia, tornando-se também representante em Portugal do Positivismo. Como resultado dos seus estudos em Psicologia nas Universidades de Paris e Genebra, cria em Coimbra, em 1913, o primeiro laboratório de psicologia experimental em Portugal, que coordenou até à data do seu falecimento.

Membro do “Movimento Republicano para a Implementação de Pedagogia Científica no Ensino de Professores e nas Escolas” apoiava também de forma vincada e convicta o ensino público. Foi chefe de gabinete do Governo Provisório. Professor da Escola Normal Superior de Coimbra, em 1915. Presidente da Câmara dos Deputados em 1918. Entre 1919 e 1921, foi deputado do Parlamento e Ministro do Trabalho, cargo que exerceu de 16 de dezembro de 1921 até 6 de fevereiro de 1922. Diretor da

Biblioteca da Universidade de Coimbra, entre 1916 e 1924. Presidente da Comissão Executiva em 1918 e Presidente do Senado em 1919-1923.

Autor de diversas obras, relacionadas principalmente, com a educação e o método de ensino utilizado em crianças e também sobre a área de Psicologia.

Casou com D. Maria Adélia de Oliveira.

Faleceu a 17 de janeiro de 1924.



A handwritten signature in dark ink, reading "Fernando Baeta Bissaya-Barreto Rosa".

FERNANDO BAETA BISSAYA-BARRETO ROSA

Médico.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1923-1926.

Nasceu no dia 29 de outubro de 1886, em Castanheira de Pera, filho de Albino Inácio Rosa e de Joaquina da Conceição Barreto Rosa. Em 1903, ingressou na Universidade de Coimbra. Em 1911, obtém o grau de Bacharel em Medicina, inicia a carreira de professor no referido ano e jubila-se em outubro de 1956.

Entre novembro de 1926 e julho de 1927, foi diretor da Clínica de Patologia e Terapêutica nos Hospitais da Universidade de Coimbra e diretor interino de Técnica Operatória e Terapêutica Cirúrgica a partir de abril de 1927.

Em 1937, foi diretor da Clínica dos HUC e diretor de Clínica Operatória desde julho de 1941.

Eleito deputado pela Figueira da Foz à Assembleia Nacional Constituinte de 1911. Presidente da Junta Distrital de Coimbra desde 1927 até 1974, onde se distinguiu pela sua ação assistencial, com maior enfoque na luta antituberculosa e nas obras materno-infantil. Criou os Sanatórios dos Covões e de Celas, o Ninho dos Pequenininhos, o Preventório de Penacova e a Escola de Semide, para além da rede de Casas da Criança. Entre 1961 e 1970, foi Procurador à Câmara Corporativa. Foi também Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Água do Luso, entre 1931 e 1959.

Em 1956, recebe a Grã-Cruz da Ordem de Benemerência e a Medalha de Mérito Relevante atribuída pela Câmara Municipal de Coimbra. Recebeu também a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo. Membro do Partido Republicano e, no final da Monarquia, do Partido Evolucionista. Em 1906, juntamente, com Alberto de Azevedo criou o jornal republicano "Pátria". Integrou a Maçonaria com o nome de "Saint-Just", tendo sido também membro da Carbonaria de Coimbra.

Em 1940, Bissaya - Barreto inaugurou o Grande Hotel de Termas do Luso. Em 1958, fundou a Fundação Bissaya- Barreto com o objetivo de dar continuidade à sua obra social. Autor de várias obras e diversos artigos em revistas científicas, como é exemplo, *Coimbra e os seus Hospitais*, publicada em Coimbra, em 1967.

Faleceu a 16 de setembro de 1974, em Lisboa.



Mário Augusto Almeida

MÁRIO AUGUSTO DE ALMEIDA

Advogado e professor.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1926-1928.

Natural de Miranda do Corvo, onde nasceu no dia 28 de julho de 1885, era filho de Eduardo Augusto de Almeida, proprietário importante da mencionada terra.

Em 1912, Mário Augusto de Almeida forma-se em Direito, terminados os estudos, estabelece-se como advogado na vila que o viu nascer, e, onde terá sido também Presidente da Câmara para o triénio de 1914-1916.

Quando se fixou em Coimbra, continuou a trabalhar como advogado, juntamente, com o Dr. Pinto Loureiro, tendo publicado em colaboração com o mesmo, algumas obras: *Código do Processo Civil dos Tribunais*, *O Código Civil nos Tribunais* e, por fim, *O Inquilinato Civil e Comercial*.

Mário Augusto de Almeida foi professor e diretor da Escola Comercial (criada em 1919), tendo desempenhado este último cargo até 1926, data em que a referida escola se fundiu com a Escola Brotero.

Autor de dois livros didáticos: *Elementos de Direito Comercial* e *Elementos de economia política*.

No que concerne à sua vida e atividade política, num primeiro momento, Mário de Almeida foi militante do Partido Evolucionista e, mais tarde, do Partido Nacionalista.

Integrou o executivo camarário de Coimbra, em 1918, como vereador, tendo a seu cargo o Pelouro da Instrução, no entanto, esta sua passagem pela Câmara, foi de certa forma, pouco notada ou evidenciada, uma vez que a vereação seria pouco tempo depois dissolvida, em consequência do Dezembrismo. Em 1919, voltaria a ser

vereador, integrou o Senado em 1923-1926, tendo sido Presidente da Comissão Executiva entre 1923 e 1926.

Faleceu a 1 de novembro de 1929, tendo deixado viúva, D. Beatriz Arnaut de Almeida, e, órfão de pai uma menina com o nome de Maria Luísa. O seu corpo foi velado na Câmara Municipal de Coimbra, em jeito de homenagem. Importa mencionar que o cortejo fúnebre de Mário Augusto de Almeida passou por três localidades diferentes, a saber: Coimbra, Miranda do Corvo, e, por fim, Penela, tendo sido sentida de forma muito profunda a sua partida.



ABEL AUGUSTO DIAS URBANO

Militar.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1928-1929.

Nasceu em 1868, em Santa Comba-Dão, era filho de João Tomás Dias Urbano.

Frequentou o curso de matemática na Universidade de Coimbra, estando inscrito no primeiro ano, em 1884-1885. No ano letivo de 1892-1893, foi premiado enquanto aluno do quinto ano, do referido curso.

Engenheiro militar pela Escola do Exército. Esteve ao serviço do Ministério da Guerra nas secções de Almeida, Figueira da Foz, Aveiro e Tomar, onde foi responsável por um conjunto de projetos referente ao levantamento de castelos, para além de projetos relacionados com os melhoramentos de quartéis. Em 1904, foi responsável pelo projeto do Picadeiro da Cavalaria nº8, de Castelo Branco, e, ainda pelo planeamento que visava a regularização do Adro da Capela das Almas, no Bussaco.

Vereador do município em 1918-1919. A Câmara Municipal de Coimbra, em 1919, contratou Abel Dias Urbano pelo período de 6 meses e, de forma definitiva, em janeiro de 1923, para chefe da Repartição de Obras Municipais.

Foi colaborador de diversos periódicos, como é o caso da Gazeta dos Caminhos de Ferro e O Despertar.

Abel Augusto Dias Urbano destaca-se ainda pelos seus estudos para a reforma da Baixa de Coimbra, que publicou em 1928, em *Melhoramentos de Coimbra. I – Projeto de novos arruamentos da Cidade Baixa*. Ao serviço da Câmara de Coimbra foi responsável pelo projeto de alargamento do Mercado Municipal, em 1924.

Integrou a Comissão de Monumentos, tendo sido ainda, Presidente do Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra, entre 1921 e 1924.

Abel Dias Urbano faleceu em 11 de janeiro de 1954, em Santa Comba Dão, à data da sua morte era casado com D. Arménia Correia do Val Urbano e pai do engenheiro João Dias Correia Urbano.



JOÃO DOS SANTOS JACOB

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1929-1931.

Nasceu no dia 30 de outubro de 1871, em Coimbra, era filho de António Jacob Júnior e Teresa Carolina.

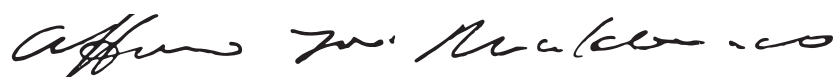
Matriculou-se na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, em 4 de outubro de 1888, e, no curso de Medicina em 5 de outubro de 1892.

Vereador da Câmara Municipal de Coimbra em 1918-1919 e 1928-1929. Em 16 de janeiro de 1919, é eleito para o cargo de vogal da direção do celeiro municipal. Em 1929, pede a demissão do seu cargo de vereador, por motivos de saúde. Foi nomeado júri criminal no ano de 1925.

João dos Santos Jacob criou os recipientes para o lixo, que foram batizados de “jacós”, designação que até aos dias de hoje se mantém na cidade.

Casou com D. Ema Marcelly Pereira da Costa, em Lisboa, no dia 10 de agosto de 1901.

Faleceu em Coimbra em maio de 1943.



AFONSO JOSÉ MALDONADO

Tenente-Coronel, Médico.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1931-1934.

Nasceu em 21 de abril de 1879, em Almendra, Vila Nova de Foz- Côa, era filho de Augusto José Maldonado e D. Josefa Antónia Maldonado.

Integrou o 1º Corpo Expedicionário Português. Casou com D. Maria Clara Sacadura Maldonado.

Faleceu em 22 de novembro de 1944, na Sé Nova, em Coimbra.



MANUEL SERRAS PEREIRA

Professor.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1934-1935.

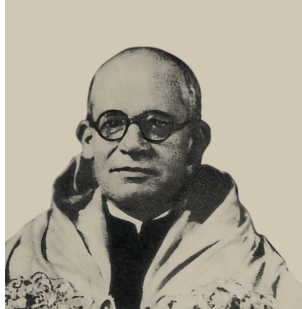
Nasceu no dia 30 de maio de 1889, natural de Santa Clara, Alcaravela, concelho do Sardoal, distrito de Santarém, era filho de João dos Santos Pereira e Maria Serras Pereira.

Frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, encontrando-se inscrito no primeiro ano do curso de Direito em 1909-1910. Matriculou-se em Letras em 24 de outubro de 1910, obteve o grau de Bacharel em Direito, em 24 de julho de 1912, de licenciado em Filosofia em 20 de novembro de 1920 e, o de doutor em 6 de dezembro de 1923.

Em 21 de novembro de 1915, exercia o cargo de revisor ajudante da Imprensa da Universidade. Foi professor efetivo do Liceu Passos Manuel, em Lisboa e do Liceu José Falcão, em Coimbra.

Autor do artigo “*Psicologia Científica – bases orgânicas da consciência sensível*”, de 1925.

Era casado com D. Idalina Serras Pereira. Faleceu no Sardoal, no dia 2 de agosto de 1953.



LUÍS WITTNICH CARRISSO

Botânico e professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1935.

Natural da Figueira da Foz, onde nasceu no dia 14 de fevereiro de 1886, filho de Inácio Augusto Carrisso e Leopoldina Neumier Wittnich Carrisso.

Frequentou o Liceu Figueirense, tendo transitado mais tarde, para a Universidade de Coimbra, onde se matriculou em outubro de 1904, em Filosofia e, em Medicina, em outubro de 1908. Dominava a língua alemã e o francês, uma característica que se tornou numa mais-valia para se relacionar com a comunidade científica internacional.

Luís Wittnich Carrisso teve como “mecenas” na sua formação académica o poeta e aristocrata Conde de Monsaraz, este deu-lhe referências de um trato social de grande distinção, integrou-o no movimento literário e político do início do século XX. Na sociedade Luís Carrisso era visto como alguém bondoso, correto, atencioso, delicado e conhecedor da arte de conversar.

Em 14 de março de 1910, licenciou-se em Filosofia, em 22 de junho de 1911, doutorou-se, neste mesmo ano, concorreu para assistente do grupo de Ciências Biológicas, da Faculdade de Ciências, tendo sido nomeado para o lugar, do qual tomou posse em 17 de janeiro de 1912 e que manteve até 1918, altura da sua passagem a professor catedrático. Foi também no ano de 1918, que Luís Wittnich Carrisso, assumiu a direção do Jardim Botânico de Coimbra, em virtude da jubilação do Dr. Júlio Henriques. Este cargo, compreendia a direção do Museu Botânico, o Laboratório e o Jardim Botânico. Manteve-se na direção desta Instituição até 1937, ano da sua morte.

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1918-1919. Luís Carrisso era defensor da especialização das ciências para se obter mais rigor. Neste sentido, como di-

retor do Instituto designado Doutor Júlio Henriques, foi demarcando a separação de duas linhas de estudos botânico: ora de um lado, estariam os estudos citológicos e genéticos e, do outro, os estudos morfológicos e florísticos. O Herbário da Universidade de Coimbra beneficiou muito com Luís Carrisso, uma vez que este colaborou de forma intensiva para enriquecer as suas coleções. Mandou realizar e procedeu ele próprio a imensas herborizações em Portugal e Angola, não só com o objetivo de colecionar, mas também com a intenção de elaborar estudos sobre a flora do país.

A paixão e o interesse de Wittnich Carrisso por Angola, levou a que se realizassem três expedições botânicas a este lugar: a primeira, foi em 1927, tendo-se centrado em Cabinda e nos distritos de Lunda, Benguela, Huíla e Moçâmedes; a segunda teve uma duração mais curta e realizou-se em 1929, em 1937, fez-se a terceira, durante a qual Luís Wittnich Carrisso, acabaria por falecer, no Deserto do Namibe.

Entre 1909 e 1937, publicou 29 trabalhos de índole biológica, histórica, biográfica, entre outros.

Desempenhou diversos cargos de relevo: entre 1917-1919, foi secretário da Faculdade de Ciências; de 1919 até 1922, foi diretor do Museu e Laboratório Botânicos, no mesmo período foi diretor do Jardim Botânico; reitor interino da Universidade de Coimbra em 1930-1931; diretor do Instituto Botânico até 1937; Presidente da Comissão de Obras da Cidade Universitária; Presidente da Junta de Construção do Ensino Secundário e Técnico.

Em 12 de janeiro de 1912, casou com Ana Maria Costa Pereira de Sousa, não deixaram descendência.

Faleceu em 6 de junho de 1937, em Angola, vítima de síncope cardíaca, no local da sua morte, terá sido edificado um monumento em sua honra.



FERRAND PIMENTEL DE ALMEIDA

Professor.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1935-1938 e 1938-1942.

Nasceu a 25 de março de 1885, em Alenquer, era filho de Virgílio Pimentel de Almeida e Maria da Conceição Pereira Leite de Almeida.

Em 1899-1904, estudou no Seminário de Évora, indo depois para Roma, onde se doutorou em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana. Matriculou-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 7 de novembro de 1912. Obteve o grau de Bacharel em Filosofia Germânica em 23 de outubro de 1916 e, o grau de doutor em 11 de dezembro de 1919.

Em 1925-1926, foi leitor de Português na Universidade de Berlim. Vogal do Conselho Superior de Instrução Pública. Vogal da Junta Nacional de Educação. Em 1928-1929, foi Chefe de Gabinete do Ministro de Instrução Pública.

Ao longo da sua vida Ferrand Pimentel de Almeida desempenhou diversos cargos: entre 1928 e 1938, foi diretor do Arquivo da Universidade; em 1928, 1932 e 1934 secretário da Faculdade de Letras; bibliotecário da Faculdade de Letras; diretor do Instituto de Estudos Ingleses; diretor do Instituto de Estudos Italianos. Em 1938-1941, foi Procurador à Câmara Corporativa. Oficial das Ordens de Cristo e de Santiago da Espada.

Foi autor de várias publicações, entre elas: *As paisagens de Goethe até à ida para Alsácia*.

Casou a 15 de setembro de 1921, com D. Cândida Sofia Ribeiro da Rocha. Era pai de Luís Manuel da Rocha Ferrand de Almeida. Faleceu em Coimbra, a 7 de abril de 1963.

ALBERTO DE SÁ OLIVEIRA

Professor Liceal.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1942-1951.

Nasceu em Coimbra, no dia 7 de novembro de 1894.

Entre 1933-1934, foi reitor do Liceu Júlio Henriques; em 1934-1936, reitor do Liceu José Falcão e, em 1936-1942, desempenhou as mesmas funções no Liceu D. João III.

Foi Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Coimbra, assim como, foi Presidente do Conselho de Administração da Federação das Caixas de Previdência e Abono de Família. Deputado em várias legislaturas.

Faleceu em 30 de março de 1968.



JOSÉ MARIA CORREIA CARDOSO

Professor da Escola Normal Superior.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1951-1955 e 1955-1957.

Nasceu em Coimbra, em 26 de novembro de 1890, era filho de Joaquim Maria Correia Cardoso e Maria da Conceição Correia.

Matriculou-se em Filosofia, na Universidade de Coimbra, em 15 de outubro de 1910. Foi professor do Liceu José Falcão, em Coimbra. Oficial de Carreira, obteve o posto de Brigadeiro.

Casou com D. Luísa Simões da Costa, em 14 de julho de 1920.

Faleceu na freguesia de Santo António dos Olivais, em 23 de março de 1963.

JOAQUIM DE MOURA RELVAS

Médico e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1957-1966.

Nasceu em Montalvão, Nisa, no dia 1 de agosto de 1898, era filho de Joaquim Moura de Faria e Maria Tomásia Relvas.

Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em 1916, obtendo o grau de doutor em 26 de março de 1924. Em 31 de julho de 1930, deixou de exercer na Faculdade de Medicina. Médico da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra.

Foi autor de várias publicações, entre elas: *Os desportos e a tuberculose*, publicada em 1933, e *A fisionomia dos príncipes de Avis*, que data de 1970.

Entre 1932-1933, desempenhou o cargo de Governador Civil de Coimbra. Entre 1934-1957, foi deputado em diversas legislaturas. Médico escolar do Liceu José Falcão em Coimbra. Foi Presidente da Secção Regional da Ordem dos Médicos, entre 1953-1958.

Sócio do Instituto de Coimbra. Presidente da Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear. Radiologista do Sanatório de Celas. Médico – cirurgião nos Hospitais da Universidade de Coimbra. Vice-Presidente da Comissão Distrital de Coimbra da União Nacional até 1952.

Faleceu a 6 de março de 1992.



JÚLIO DE ARAÚJO VIEIRA

Engenheiro eletrotécnico.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1966 e 1974.

Nasceu em 31 de agosto de 1917, em Sequeira, Braga. Licenciado em Engenharia Eletrotécnica.

Foi diretor da Fiscalização Elétrica do Centro. Deputado. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra em 1960-1966.

Faleceu no dia 11 de fevereiro de 2006, vítima de doença prolongada, foi sepultado no Cemitério da Conchada.

RUI BRAGA CARRINGTON DA COSTA

Médico e professor Universitário.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1974-1977.

Nasceu em Braga, em 21 de dezembro de 1932, era filho de Rui Carrington Simões da Costa e Maria das Dores Pereira Braga.

Licenciou-se em medicina, pela Universidade de Coimbra, em 1959. Entre 1962 e 1974, foi assistente da Faculdade de Medicina. Em março de 1974, doutorou-se em medicina. Em 1979, realizou provas de agregação, sendo que em 1982, se tornaria professor catedrático.

Entre 1959 e 1962, exerceu como médico interno dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Interveio na criação do Serviço de Reanimação dos HUC, em 1958-1959, este foi um dos primeiros serviços desta categoria, a nível internacional e, o primeiro na Península Ibérica. Oficialmente, este serviço “nasceu” no dia 29 de janeiro de 1960, tornando-se Carrington da Costa seu responsável, como chefe de serviço, no ano de 1962. Em 1974 e até à data do seu falecimento, foi diretor clínico do então designado Serviço de Reanimação – Cuidados Intensivos Polivalentes.

Entre 1977 e 1985, foi diretor clínico do Serviço de Doenças Infecciosas dos HUC, altura em que foram registados os casos de HIV/SIDA em Portugal. Fez parte de diversas sociedades e associações científicas. Sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Doenças Infecciosas, assim como foi seu Presidente de 1985 a 1989.

Autor de diversos trabalhos resultantes de investigação clínica.

A sua importância e o seu papel foram de tal forma significantes no mundo da Medicina que a Sociedade Portuguesa de Doenças Infecciosas e Microbiologia Clínica, instituiu uma bolsa de estudo anual, assim como um prémio, com o seu nome.

Membro do Instituto de Coimbra. Membro do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, quando ainda era estudante, tendo participado como ator em diversas representações.

Foi casado com Maria Helena da Silva Matos Carrington da Costa, deste matrimónio nasceram quatro filhos. Faleceu na Costa do Marfim, em 26 de junho de 1994.



MARIA JUDITE PINTO DE ABREU

Professora.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1977-1980.

Nasceu na Figueira da Foz, no dia 16 de fevereiro de 1916, filha de Guilhermina Andrade Pinto e de Maurício Augusto Águas Pinto.

Aos dezassete anos, matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo concluído o curso no ano letivo de 1937-1938, licenciou-se também em germânicas.

Foi professora do ensino privado, mais concretamente, no Externato D. João de Castro, porque devido às suas motivações políticas, a sua tentativa de fazer parte do ensino oficial, foi-lhe completamente negada.

Maria Judite Pinto de Abreu terá sido opositora ao regime ditatorial de Salazar. Contudo, foi, essencialmente, a partir da 2ª Guerra Mundial, que se evidenciou na oposição democrática: no Movimento da Unidade Democrática; no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e como apoiante das lutas da oposição desde a candidatura de Norton de Matos até às “Legislativas” de 1969 e 1973.

Pinto de Abreu foi também apoiante das manifestações dos estudantes no decorrer dos anos 60, principalmente, as que originaram as crises académicas de 1962 e 1969. Entre 1970 e 1974, integrou a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, marco importante, no que à luta contra o regime diz respeito.

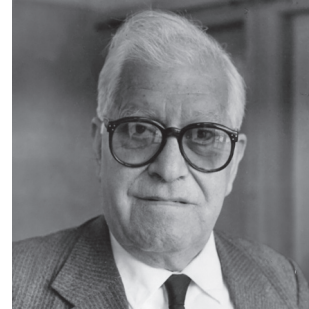
Depois do 25 de abril de 1974, manteve-se ativa na política, assim, de outubro de 1974 a dezembro de 1976, foi Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Figueira da Foz. Vereadora da Câmara Municipal de Coimbra em 1980-1983.

Caracteriza-se por ter sido a única mulher, até hoje, a desempenhar o cargo de

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, cumprindo o seu mandato como independente, numa lista do Partido Socialista.

Entre 1983 e 1986, foi Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra.

Faleceu a 10 de maio de 2007.



ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS MOREIRA

Engenheiro Civil.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1980-1983 e 1986-1990.

Nasceu em Coimbra, no dia 8 de outubro de 1922. Era licenciado em engenharia civil pela Universidade do Porto.

Exerceu o cargo de diretor na Direção Geral dos Edifícios Nacionais do Centro. Em 1975 e de 1977 a 1979, exerceu o cargo de vereador, tendo ficado responsável pelo Pelouro das Obras Particulares e Municipais. Entre 1994 e 1997, foi deputado da Assembleia Municipal.

No dia 25 de abril de 2002, António Moreira foi agraciado com a “Medalha de Ouro da Cidade”.

O caminho que trilhou na Autarquia de Coimbra caracteriza-se por valores como a seriedade e o humanismo. Era um homem descrito como sendo generoso e frontal, suscitou amizades entre ricos e pobres e, em todos os quadrantes políticos. Dos seus mandatos resultam obras como a circular externa e as Avenidas Elísio de Moura e Urbano Duarte. Foi responsável pela introdução em Coimbra do sistema de recolha hermética do lixo, o que tornou o Município de Coimbra, num dos mais avançados nesta matéria.

Faleceu a 18 de agosto de 2002.



Fernando Silva

FERNANDO LUÍS MENDES SILVA

Advogado e empresário.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1983-1986.

Nasceu a 22 de outubro de 1930, era oriundo de uma família de classe média conimbricense. Estudou direito na Universidade de Coimbra. Destaca-se pela vida que teve ligada ao desporto e à Associação Académica de Coimbra, assim como, pela paixão por Coimbra.

Com apenas vinte anos de idade e, enquanto estudante, Fernando Luís Mendes Silva iniciou o seu caminho como diretor desportivo, tendo à sua responsabilidade as equipas de formação da secção de futebol da AAC.

Em 1953-1954, foi Presidente da Direção Geral da Associação Académica, altura em que teve a oportunidade de promover, um estudo circunstanciado sobre as alarmantes necessidades de espaço sentidas e vividas pelas várias secções culturais e desportivas instaladas no Palácio dos Grilos. Contudo, Mendes Silva, não se ficou só pelo respetivo estudo, tendo solicitado uma audiência ao Dr. Oliveira Salazar, com o objetivo de encontrar uma solução para o problema.

Assim, o Presidente do Conselho apresentou duas localizações possíveis para resolver o mesmo: a primeira consistia em edificar os novos edifícios da AAC, junto ao atual Estádio Universitário, no entanto, isso significava que as novas instalações ficariam longe do *Campus Universitário*; já a segunda, seria mais difícil de concretizar, passaria por encontrar uma localização central e nobre no contexto do tecido urbano da cidade, no entanto, seria sempre necessário obter um compromisso com Bissaya Barreto, à data diretor do Instituto Maternal e do Ninho dos Pequenitos, cujas as construções, adaptadas e desajustadas para fazer face aos seus objetivos e necessidades, ocupavam a área de implantação delimitada pela Rua Padre António Vieira, pela Ave-

nida Sá da Bandeira e pela Rua Oliveira Matos. Foi exatamente esta última opção que a Direção da AAC escolheu.

Desta forma, Coimbra e a Associação Académica de Coimbra devem à visão da direção de estudantes presidida por Fernando Mendes Silva, a iniciativa associativa e, o entendimento estratégico que permitiu terminar com a edificação de um moderno e funcional complexo de instalações associativas e culturais, projetado por Alberto Pessoa.

Após ter concluído a licenciatura em direito, Fernando Mendes Silva estabeleceu-se enquanto advogado, em Coimbra e também fora da cidade.

Em março de 1964 e de forma surpreendente Mendes Silva associa-se ao Engenheiro Castro Pita e, em conjunto, criam a empresa “Solum”, com o objetivo de realizar o projeto de urbanização, edificação e comercialização da “unidade residencial do Calhabé”.

Este projeto implicou que Mendes Silva deixa-se a advocacia. Este plano urbanístico era considerado arriscado e arrojado.

Teve um papel muito importante no desporto em Coimbra, impulsionando a sua prática em ambiente escolar e urbano. Exerceu o cargo de Delegado Distrital da Direção-Geral dos Desportos ao longo de 14 anos. Autor de um conjunto diversificado de iniciativas de promoção das mais variadas modalidades desportivas e que tiveram grande adesão por parte da população.

No que diz respeito à sua participação na vida política da cidade de Coimbra, é importante mencionar que Mendes Silva liderou a Autarquia de forma considerada peculiar e sob o lema: “*Por Coimbra Tudo – Mãos à Obra*”. Destacou-se por introduzir o hábito de ser o Presidente da Câmara o primeiro a chegar às instalações do Município para começar a trabalhar.

Presidente da direção da Associação Académica de Coimbra (Organismo Autónomo de Futebol), no biénio de 1990/91 e voltaria a ser eleito e reempossado a 31 de janeiro de 1992, contudo, este segundo mandato terá sido interrompido, em consequência do seu falecimento em 31 de maio de 1992, vítima de um acidente de automóvel.



MANUEL AUGUSTO SOARES MACHADO

Economista e consultor.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 1990-2002 e 2013-2021.

Nasceu a 9 de julho de 1956 em Sever do Vouga.

Licenciou-se em economia em 1978 na Universidade de Coimbra. Manuel Machado exerceu funções de secretário técnico da autoridade de gestão do programa operacional Regional do Centro responsável pela Unidade Orgânica 5 “Acompanhamento e Informação” e “Controlo Interno” na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (Mais Centro/QREN); e Consultor sénior do Projeto de Desenvolvimento Municipal de Moçambique cofinanciado pelo Banco Mundial.

De 1986 a 1990 foi vogal do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Coimbra. Em 1990 foi Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Coimbra, dos Transportes Urbanos de Coimbra, e também do Serviço Municipal de Proteção Civil de Coimbra. Foi, durante o mesmo período, membro das comissões de acompanhamento dos programas operacionais da Região Centro, cargos exercidos até 2001.

Assumiu a presidência do conselho diretivo da Associação de Municípios do Baixo Mondego e Gândaras/ Associação de desenvolvimento regional de 1991 a 1996.

Foi Presidente da Assembleia Distrital de Coimbra e do Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro de 1993 a 1997.

Entre 1994 e 1997 assumiu a presidência do Conselho de Gerência da PRODESO – Sociedade para o Desenvolvimento Profissional e Social. Simultaneamente presidiu a Assembleia-Geral da empresa Odabarca – Animação Turística do Mondego e a Assembleia-Geral da MAC – Mercado Abastecedor da Região de Coimbra.

Foi delegado permanente ao Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa e membro da Comissão Institucional do CPLRE, membro efetivo do Comité das regiões da união Europeia e da Comissão de acessibilidades, transportes e comunicações. Em 1995 foi Vice-Presidente da associação nacional dos municípios portugueses.

Em 1974 ligou-se às causas do Partido Socialista, exercendo diversas funções como militante, dirigente, autarca e cidadão. Foi vereador da Câmara Municipal de Coimbra entre 1983 e 1985, responsável pelas áreas de recursos humanos, administração geral, finanças e património e entre 1985 e 1990 responsável pelas áreas da habitação social e educação.



CARLOS MANUEL DE SOUSA ENCARNAÇÃO

Advogado.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 2002 a 2010.

Nasceu em Coimbra a 30 de setembro de 1946, filho de Manuel de Oliveira Chaves e Castro Correia da Encarnação e de Maria Emília Barbeitos de Sousa Correia da Encarnação.

Casou com Maria Filomena Vieira da Luz Pestana de Sousa Encarnação a 21 de dezembro de 1968. Tem dois filhos, tendo um deles, Nuno Encarnação, seguido as pisadas do pai na vida política.

Licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, exerceu advocacia até 1977. Entre 1980 e 1981 foi Governador Civil de Coimbra. Foi ainda secretário de Estado da Administração Interna, pedindo exoneração a 1982. Adjunto do Ministro dos assuntos parlamentares em 1990 e adjunto do Ministro da Administração Interna em 1991. Foi deputado pelo PSD em Coimbra de 1991 a 2002.

Colaborou de forma regular com a imprensa, nomeadamente nos jornais *Tempo*, *Diário de Coimbra* e *Jornal de Notícias*. A 13 de fevereiro de 2015 foi feito comendador da Ordem de Mérito. Em 2019 aceitou o convite para presidir a Comissão de Honra para a Comemoração dos 900 anos de Almedina.

É membro do Conselho de Curadores da Fundação Bissaya Barreto.



JOÃO PAULO LIMA BARBOSA DE MELO

Investigador.

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra entre 2010 a 2013.

Nasceu a 06 de outubro de 1962, filho de António Barbosa e Melo, Presidente da Assembleia da República entre 1991 e 1995 e de Maria Cecília Palha da Costa Lima.

Licenciado em economia pela Universidade de Coimbra e doutorando na área do desenvolvimento regional e local.

É desde 1996 assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e foi, em 2009, docente do Mestrado em Administração Pública da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Foi investigador e membro da Direção do IERU - Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra.

Ente 2002 e 2009 foi Presidente do Conselho Diretivo do Centro de Estudos e Formação Autárquica, organismo central de formação para a Administração Local. Em 2004 assumiu a vice-presidência da Rede Europeia de Centros de Formação para a Administração Local, cargo exercido até 2009.

Foi coeditor da Revista Portuguesa de Estudos Regionais entre 2003 e 2006. Deputado municipal entre 2002 e 2009. Foi vogal do conselho de administração da empresa Águas de Coimbra em 2009, com o pelouro financeiro e de pessoal.

Militante do PSD desde 2005, na Câmara Municipal de Coimbra foi vereador e Vice-Presidente entre 2009 e 2010, com os pelouros das finanças, do urbanismo, do desenvolvimento económico e da modernização administrativa. Depois de terminar o mandato em 2013, permaneceu na Câmara Municipal de Coimbra enquanto vereador sem pelouros atribuídos.

Foi ainda candidato na lista do PSD às Eleições Europeias em 2009.

É ainda autor de vários artigos publicados em jornais e revistas, e foi desde 2022 até 2024 deputado na Assembleia da República pelo PSD do círculo eleitoral de Coimbra.

BIBLIOGRAFIA E FONTES IMPRESSAS

(EXCETO NOTÍCIAS/ ARTIGOS EM JORNAIS)

- III Colóquio de Doutorandos/as do CES, 9 e 10 de novembro de 2012 - Coimbra C - *Estado de sítio, Estados sem sítio*. Coimbra: CES, 2012.
- BANTEC, Tatiana Nkwah - *The Relevance of Lapa dos Esteios (Quinta das Canas) - A Historical Garden in Coimbra, Portugal*. Coimbra: [S.n], 2018. Dissertação de Mestrado.
- CALMEIRO, Margarida Isabel Barreto Relvão - *Urbanismo Antes dos Planos: Coimbra 1834-1934*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Tese de Doutoramento.
- CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA - *Anais do Município de Coimbra: 1840-1869*. Coimbra: Ed. Biblioteca Municipal, 1973
- CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA - *Anais do Município de Coimbra: 1920-1939*. Coimbra: Ed. Biblioteca Municipal, 1971
- CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA - *Novos topónimos - Coimbra (2002-2008)*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2008.
- CARVALHO, Joaquim Martins - *Apontamentos para a História Contemporânea*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868
- CRISTINA, Helena - Augusto Joaquim Alves dos Santos. *Personalia, IEF*. Coimbra (2019), p. 1-12
- JUSTO, A. Santos - Recordando o senhor Prof. Doutor Manuel Dias da Silva. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Nº 111 (Jan.-Dez. 2001)
- LOPES, Lúcia Marlene Macário; RODRIGUES, Manuel Alves - Apontamentos sobre a obra e o homem que fundou a primeira Escola de Enfermagem de Portugal – António Augusto da Costa Simões. *Revista Referência*. Coimbra. Nº 10 (2009)
- LOUREIRO, José Pinto – Agostinho Pinto de Almeida. *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra*. Coimbra. Vol. XII (1954), p. 311-313
- MÓNICA, Maria Filomena (coord.) - *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*. Vol. I. Lisboa: Assembleia da República, 2004
- *O Instituto: jornal científico e litterario*. Vol. 108. Coimbra (1946)
- RODRIGUES, Manuel Augusto - *Memoria Professorum Vniuersitatis Conimbrigensis 1772-1937*. Vol. II. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2003

- SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição Meireles (coord.) - Monarquia Constitucional (1820-1910). In *Os Presidentes do Parlamento Português*. Vol. I – Tomo I. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 2016

FONTES IMPRESSAS

Notícias/ artigos em jornais (por ordem cronológica)

- CARVALHO, Joaquim Martins de - Notícias diversas – Falecimento. *O Observador*. Coimbra (12 jan. 1850)
- CARVALHO, Joaquim Martins de - Interior: Coimbra 13 de abril. *O Observador*. Coimbra (15 abr. 1850)
- CARVALHO, Joaquim Martins de - Appenso ao nº424 Conimbricense. *O Conimbricense*. Coimbra (17 fev. 1858)
- CARVALHO, Joaquim Martins de - Sociedade Agrícola. *O Conimbricense*. Coimbra (30 mar. 1858)
- CARVALHO, Joaquim Martins de - Política do Actual Ministério. *O Conimbricense*. Coimbra (28 fev. 1860)
- CARVALHO, Joaquim Martins de - 1836 a 1857 – Imprensa de Trovão e Companhia e de Elvira Trovão. *O Conimbricense*. Coimbra (25 abr. 1868)
- CARVALHO, Joaquim Martins de – Noticiário. *O Conimbricense*. Coimbra (19 fev. 1870)
- CARVALHO, Joaquim Martins de – Noticiário. *O Conimbricense*. Coimbra: (9 ago. 1873)
- CARVALHO, Joaquim Martins de – Noticiário. *O Conimbricense*. Coimbra (11 fev. 1882)
- CARVALHO, Joaquim Martins de – Noticiário. *O Conimbricense*. Coimbra (17 out. 1882)
- CARVALHO, Joaquim Martins de - Noticiário – Falecimento. *O Conimbricense*. Coimbra (8 nov. 1892)
- CARVALHO, Joaquim Martins de - Henriques Secco. *O Conimbricense*. Coimbra (6 dez. 1892)
- CARVALHO, Joaquim Martins de - Jeronymo José de Mello. *O Conimbricense*. Coimbra (11 mar. 1893)
- ARROBAS, João Ribeiro - Assassinio do Chefe do Estado, Sr. Dr. Sidónio Pais: Coimbra perde o melhor dos seus amigos. *Gazeta de Coimbra*. Coimbra (17 dez. 1918)
- ARROBAS, João Ribeiro - Dr. Souto Rodrigues. *Gazeta de Coimbra*. Coimbra (20 jul. 1929)
- ARROBAS, João Ribeiro - Os funerais do Sr. Dr. Mário de Almeida foram uma justa consagração da cidade de Coimbra à sua medida. *Gazeta de Coimbra*. Coimbra (5 nov. 1929)
- MANSO, Joaquim - De Luto. *Diário de Lisboa*. Lisboa (11 jan. 1954)

BASES DE DADOS

- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Coimbra: AUC, 2021. *Conservatória Britânica de Coimbra: 1737/1845*.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Coimbra: AUC, 2021. *Paróquia da Sé Nova – Baptismos 1795/1814*.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Coimbra: AUC, 2021. *Paróquia da Sé Velha – Óbitos 1889*.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Coimbra: AUC, 2021. *Paróquia de Almeida – Registos de Baptismo, 1890*.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Coimbra: AUC, 2021. *Paróquia de Ribeira de Frades – Óbitos 1815/1859*.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Coimbra: AUC, 2021. *Paróquia de Santa Clara – Óbitos 1878*.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Coimbra: AUC, 2021. *Paróquia de São Bartolomeu – Baptismos 1826/1845*.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Coimbra: AUC, 2021. *Paróquia de São Bartolomeu – Registos de Baptismo, 1869/1874*.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Coimbra: AUC, 2021. *Paróquia de São Julião – Óbitos 1909*.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Coimbra: AUC, 2021. *Paróquia de São Tiago – Baptismos 1750/1774*.
- ARQUIVO DISTRITAL DA GUARDA. Guarda: ADG, 2011. *Paróquia de Almendra – Registos de Baptismo de Almendra, 1879/1893*.
- ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. Aveiro: ADAVR, 2014. *Paróquia da Vacariça – Baptismos 1795-01-22/1827-03-25*.
- ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO. Aveiro: ADAVR, 2014. *Paróquia da Vacariça – Óbitos 1903*.
- ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM. Santarém: ADSTR, 2011. *Paróquia de Alcaravela [Sardoal] – Registos de Baptismo, 1889*.
- ARQUIVO DISTRITAL VIANA DO CASTELO. Viana do Castelo: ADVCT, 2013. *Paróquia de Cabração (Santa Maria) – Registo de baptismo 1855/1890*.
- ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. Lisboa: AHM, [S.d.]. *Boletins individuais de militares do CEP - Afonso José Maldonado - Tenente Médico de Infantaria 21*.
- ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE COIMBRA. Coimbra: AHMC, 2019. *Cemitério da Conchada – Registos de Enterramentos, 1932*

- ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE COIMBRA. Coimbra: AHMC, 2023. *Grémio dos Empregados no Comércio e Indústria de Coimbra*.
- ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA. Guimarães: AMAP, [S.d.]. *Paróquia de Longos (Santa Cristina) - Registo de Batismos, 1851-1904*.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - *Alberto de Sá Oliveira*
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - *Joaquim Moura Relvas*
- CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA – Nota curricular. Disponível em: <https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2021/10/Jose-Manuel-Silva.pdf>
- CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA – Nota curricular. Disponível em: <https://www.cm-coimbra.pt/wp-content/uploads/2018/02/Manuel-Machado-Nota-Curricular-1.pdf>
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL - *Espólio de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu*
- COSTA, Rodrigues – A’Cerca de Coimbra. 2022. *Mendes Silva, um conimbricense de eleição 1*
- ESTEVES, João - Silêncios e Memórias. 2014. *MARIA JUDITE PINTO MENDES DE ABREU [I] || 1916 – 2007*
- GUIMARÃES, Jorge - Biblioteca Digital de Botânica. Coimbra: FCTUC, [S.d.]. *Carrisso, Luís Wittnich, 1886-1937*
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho - Guitarra de Coimbra. 2006. *Doutor Luís Ferrand de Almeida (1922-2006)*

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO:

Dina de Sousa | Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico da CM de Coimbra

INVESTIGAÇÃO E ELABORAÇÃO DOS TEXTOS:

Inês Moura e Soraia Pimentel | Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico da CM de Coimbra

PAGINAÇÃO:

Ana Fernandes | Gabinete de Comunicação e Marketing da CM de Coimbra

1ª EDIÇÃO:

Abril de 2025



CÂMARA MUNICIPAL
COIMBRA